



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2013

SUMÁRIO

DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO.....	4
EDUCAÇÃO E SAÚDE	9
OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO	12
TRÂNSITO	13
CULTURA, TURISMO E ESPORTE	13
ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA COM CIDADANIA.....	16
ABASTECIMENTO, PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	19
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA.....	21

RELATÓRIOS ANEXOS

ANEXO I – EDUCAÇÃO

ANEXO II – SAÚDE

ANEXO III – OBRAS

ANEXO IV – URBANISMO E HABITAÇÃO

ANEXO V – TRÂNSITO

ANEXO VI – CULTURA

ANEXO VII – TURISMO

ANEXO VIII – ESPORTE

ANEXO IX – ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO X – SEGURANÇA COM CIDADANIA

ANEXO XI – ABASTECIMENTO E PRODUÇÃO

ANEXO XII – SEGURANÇA ALIMENTAR

ANEXO XIII – DEMONSTRATIVOS DE CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

São Luís, 27 de março de 2014.

Prestação de contas do exercício 2013

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 24 da instrução normativa TCE-MA nº 009/2005, apresentamos a vossa excelência uma abordagem das realizações do município de São Luís no exercício 2013, destacando aspectos relevantes nas diversas áreas de atuação da Prefeitura Municipal de São Luís.

Transformar São Luís em uma cidade de oportunidades, desenvolvida, inclusiva e com qualidade de vida foi o nosso compromisso quando assumimos a Prefeitura. E ao final do primeiro ano de mandato, podemos dizer que 2013 foi um período marcado por muitos avanços na direção dos nossos propósitos. Arrumamos a casa e passo a passo acreditamos que a mudança vai chegar para toda a cidade, sobretudo àqueles que mais precisam do poder público.

Temos ainda muitos desafios pela frente, que vamos enfrentar com trabalho sério e compromisso social, mas também muitos motivos para comemorar tudo o que já alcançamos, conforme relatamos neste documento.

Empenhados em estreitar os laços de parceria com a população, ressaltamos que conseguimos instrumentar a elaboração do novo Plano Plurianual-PPA 2014-2017 com a participação popular, numa ação que sintetiza o espírito da gestão que adotamos em São Luís, que é o compartilhamento de responsabilidades em prol do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida da cidade.

Encerramos o primeiro ano de gestão com saldo positivo a partir de planejamento, modernização e qualidade dos serviços prestados à cidade de São Luís. Em apenas 12 meses de administração, diversas ações para promover a qualidade de vida da



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

população foram concluídas em todas as áreas, com recursos próprios e por meio de parcerias com o governo federal.

As dificuldades financeiras encontradas estão sendo superadas. São Luís foi a única capital do país onde a prefeitura pagou 14 folhas de pessoal. Além dos salários dos 12 meses e 13º, honramos o pagamento dos vencimentos de dezembro de 2012, atrasados pela gestão anterior.

Além de considerar a programação prevista para finalizar o ciclo do Plano Plurianual-PPA da gestão que nos antecedeu, lançamos o Programa Avança São Luís que começou a demonstrar resultados para a capital maranhense. Tendo como proposta um novo modelo de gestão orientado para resultados, o pacote de ações e de obras a curto e médio prazo começou a ser executado em 2013 e será intensificado em 2014.

O Programa Avança São Luís consiste em um novo modelo de gestão orientado para resultados adotado pela Prefeitura de São Luís para execução de projetos viabilizados em meio às dificuldades que herdamos. Ele contempla a adoção de uma metodologia de gerenciamento e monitoramento intensivos, com a designação de um gerente para cada projeto e a implantação de uma Sala de Situação, de um Sistema de Informações Gerenciais e de um Núcleo de Apoio, Monitoramento e Avaliação para apoiar e monitorar as secretarias responsáveis pela execução dos projetos. Este modelo será progressivamente estendido a toda administração.

No âmbito da gestão, foi estruturada uma unidade de captação e gestão de recursos externos, visando alavancar a capacidade do município de financiar novos investimentos. O modelo adotado proporciona importantes vantagens para a gestão municipal, tais como assegurar maior transparência à atuação da prefeitura e maior visibilidade para a população, parceiros, sociedade civil organizada e órgãos de controle.

Sobretudo, constitui poderosa ferramenta de prospecção de oportunidades de fontes adicionais de financiamento aos projetos municipais e de sua captação para os cofres



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

da gestão da cidade. Fortalece também a integração entre planejamento, alocação de recursos, execução, monitoramento e avaliação, ampliando a capacidade de resposta do governo, na medida em que propicia ganhos expressivos de foco nas demandas locais e melhoria nos índices de implementação.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO.

O município de São Luís, segundo o CAGED, apresentou um decréscimo do número de empregos gerados em 2013 em relação a 2012 da ordem de 0,72%, parte desse número ocorreu no setor industrial. Porém no setor de serviços essa relação foi positiva em 8,34% com uma perenidade (número de admissões em relação à demissões) de 6,44%, isso em cenários conjunturais de arrefecimento da atividade econômica (fechamento de cubas na ALCOA) e PIB nacional. O desempenho dos empregos no setor de serviços corrobora com os estudos da prefeitura sobre a vocação de São Luís e a estratégia municipal de planejamento com escopo no curto, médio e longo prazo a qual já se mostrou positiva no que tange não só a criação de postos de trabalho como da sua perenidade, mantendo os níveis de renda e consumo em patamares que pugnam pela qualidade de vida do cidadão. Essa é uma preocupação balizar não só de campanha que elegeu esta administração como constância dos esforços de governo nas mais variadas esferas.

Das atividades e ações realizadas na política de desenvolvimento socioeconômico em 2013 destacam-se:

CLUSTER de TI – Formatação e modelagem de um projeto tendo como fulcro utilização de legislação vigente de atração de negócios e ocupação, via restauração e conservação pela iniciativa privada da oferta arquitetônica do Centro Histórico tombado, baseada no pacote de incentivos fiscais de ISS – Lei 4.970/08 e IPTU- Lei 3683/99 e REFAZ 2013 como forma de atrair para o referido sítio atividades econômicas notadamente na área de tecnologia da informação, institutos de pesquisa de qualquer natureza, atividades



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

de call center e tele atendimento, pugnando pela concentração na área de perfis profissionais de remunerações mais qualificadas e suas demandas por outros serviços no entorno desse cenário. O projeto em 2013 identificou 522 empresas existentes no município em condições de serem enquadradas no incentivo e a ZPH do Centro Histórico com uma capacidade arquitetônica para cerca de 1.500 novas empresas com média conservadora de 5 postos de trabalho direto perfazendo uma projeção de 7.500 novos postos de trabalho com remunerações médias de 2,4 salários mínimos, haja vista a tipicidade da atividade. Em relação aos postos de trabalhos indiretos, o BNDES tem como indicador um multiplicador de 7 novos postos trabalho, o que projeta uma potencialidade de 52.500 postos de trabalho e sua consequente geração de atividade econômica e renda. O projeto terá seu módulo 1 lançado em abril de 2014.

DRS do Artesão – retomada da metodologia do DRS do Artesão em parceria com o Banco do Brasil com o lançamento no dia do artesão - 19/03/2013 do selo em homenagem ao artesão e do recadastramento das associações e dos artesãos no cadastro da SADES/SEPLAN. O DRS inseriu a atividade artesanal do ponto de vista comercial inclusive de apenados e portadores de deficiência, em feiras e eventos como Cidade Solidária, I Semana de Arte Sustentável Vale do Rio Doce, III Conferência Municipal de Meio Ambiente, Arraial de São João de São Luís, Conferência Municipal de Cultura, Evento TOP 100 para artesão do SEBRAE, Exposição de 200 artesãos no Aniversário da Cidade, Projeto Vitrine Maranhão, Exposição de Artesãos na AABB, Projeto Cidade Solidária de Natal.

PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - Os governos municipais em virtude de sua proximidade com a população devem priorizar as providências para resgatar as pessoas sem ocupação, tanto como indutor para geração de postos de trabalhos formais, como agente de fomento em projetos de geração de renda.

Entendendo que a disponibilidade da força de trabalho qualificada é fator estratégico e essencial para o processo de desenvolvimento do Município, a Prefeitura de São Luís vem estruturando um Programa Municipal de Qualificação Profissional, que



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

contempla ações coordenadas para suprir a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento da mão-de-obra, visando atender as exigências e demandas do mercado que se está desenvolvendo em São Luís, em função da atração e estímulo ao investimento na cidade.

O Programa Municipal de Qualificação Profissional de São Luís tem por objetivo desenvolver ações de qualificação profissional no município de São Luís, com a finalidade de diminuir a distância entre os conhecimentos técnicos e comportamentais exigidos para o preenchimento dos postos de trabalhos disponíveis nas empresas e os apresentadas pelos postulantes que desejam ocupar tais vagas.

O Programa Municipal de Qualificação Profissional está sendo desenvolvido tendo presente as seguintes premissas:

- O programa proposto visa: a) servir como um instrumento para melhoria da qualidade do serviço prestado na cidade de São Luís; b) inserção da mão de obra qualificada no mercado de trabalho; c) reconhecimento e valorização dos saberes e capacidades adquiridas pelos profissionais na atividade e em outras experiências de vida;
- A concepção do Programa Municipal de Qualificação Profissional está alinhada com a perspectiva da construção de habilidades e competências, técnicas e comportamentais. A fundamentação, metodologia e execução do programa levam em consideração a matriz educacional a cargo das entidades do sistema S, em especial SENAI e SENAC. Tal tópico fica exposto no Piloto da parceria SEPLAN/SETUR E SENAC que formaram, via PRONATEC, 7 turmas com 144 novos técnicos. Os mesmos foram incluídos no Banco de Currículos e parte deles absorvidos por empreendimentos como a franquia HABIB's, recentemente implantada no município, demonstrando assim a efetividade da metodologia;
- Paralelamente ao programa de qualificação recomenda-se apoio a projetos de educação formal básica (ensino fundamental e médio), tão importantes para a solução das dificuldades cognitivas e absorção dos temas relacionados à capacitação profissional. Esta estratégia de profundo alcance implica esforços importantes por parte de entidades públicas



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

municipais, estaduais e federais com a finalidade de melhorar a qualidade e a abrangência destes trabalhos. O impacto da estratégia é essencial no médio e longo prazo, ainda que não pertença diretamente ao escopo das atividades do PMQP;

- É importante que o município desenvolva ações de monitoramento e abordagem dos empreendimentos que estão ou serão implantados em São Luís, para verificar a possibilidade de inclusão de suas necessidades no mapeamento de demanda dos cursos oferecidos;
- A busca pela realização dos cursos em acordo de gratuidade, ou financiadas pelos programas federais (como PRONATEC e PROJÓVEM) será sempre o foco das turmas estabelecidas, exceção feita no caso de empresas específicas estarem interessadas em patrocinar qualificações diferenciadas, como por exemplo, às relacionadas ao trabalho em portos e empresas de construção naval.

PDF – Programa de Desenvolvimento de Fornecedores – trata-se da implantação de um programa de utilização positiva da oferta produtiva do município, permitindo, via melhoria do serviço e produto ofertado, o aumento da competitividade, fomento à formalização, uso da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa proporcionando às mesmas condições especiais no que tange a se tornarem fornecedoras também da prefeitura conspirando por uma sinergia da atividade econômica no que concerne à geração de riqueza, via melhoria da oferta e uso intensivo e produtivo do fator de produção trabalho.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – Em 18/09/2013, foi criado pela LEI nº 5799/13, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, visando ampliar, ainda mais, a participação popular e sua integração com os programas de governo, via atores da sociedade local tendo como função principal o assessoramento do Prefeito na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico e social e que será instalado no decorrer do ano de 2014.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

DO CUMPRIMENTO LEGAL DO GASTO COM PESSOAL

O Município de São Luís, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de janeiro a dezembro de 2013:

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL (Despesa executada no período de 01/2013 a 12/2013)	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO (2) (4)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	1.126.327.706,06	52.554.985,09
Despesas não computadas (art. 19, §1º LRF) (II) (1)	123.230.889,49	
Repasses previdenciários ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais		
Total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP (IV) = (I - II + III)	1.004.934.592,97	52.554.985,09
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	1.941.246.688,92	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) (se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar zero)		
Inativos e Pensionistas (informar valores somente se não estiver computado na despesa bruta com pessoal, caso contrário, informar zero)		
Percentual (%) do total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP sobre a	51,76	2,70



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

RCL (IV / V) * 100

(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

(2) Incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver. Nesse caso, inserir coluna correspondente especificamente para o Tribunal. Aplica-se para o Tribunal de Contas do Distrito Federal -TCDF.

(3) Valores constantes do Demonstrativo da Despesa de Pessoal, Anexos IA e IB, do Relatório de Gestão Fiscal, publicado no Diário Oficial do Município nº 20, de 29.01.2012.

(4) As Despesas de Pessoal relativas ao Legislativo Municipal não estão consolidadas no RGF do 3º quadrimestre/2012.

DA EDUCAÇÃO

Na educação, nosso ponto de partida foi a regularização do calendário escolar. O ano letivo estava comprometido, entretanto, em doze meses, um novo modelo de educação foi instalado em São Luís. Iniciou-se a implantação das três primeiras escolas com sistema de educação em tempo integral e foram garantidos recursos junto ao governo federal para a construção de 10 escolas, 33 quadras poliesportivas e 25 creches, das quais 13 tiveram contratos assinados em 2013, para a construção em bairros que possuem alta demanda por vagas. Os recursos são da ordem de R\$ 26 milhões advindos do Ministério da Educação.

Foram entregues oito mil kits de uniformes beneficiando 4.300 alunos e executada a reforma de 80 escolas da rede municipal, com reparos na rede hidráulica, elétrica, serviços de pintura e reforma de quadras, garantindo a reinserção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, reativando o serviço de segurança nas escolas com vigilância, cobrindo 80% da rede municipal e garantido o transporte escolar através de 42 ônibus, duas lanchas e uma Kombi.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Visando à elevação do nível de qualidade na educação municipal oferecida às crianças, jovens e adultos, a Prefeitura tem feito constantes investimentos no seu quadro de servidores, com a convocação de profissionais do último concurso público, e incentivando a formação continuada, com base no Estatuto do Magistério Público Municipal de São Luís e no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento dos Profissionais do Sistema de Ensino Público da Prefeitura de São Luís.

Neste sentido, foi ampliado de forma substancial o efetivo de professores para a rede com a capacitação de mais de 250 gestores escolares, realização de seletivo para contratação temporária de 650 professores, regularização funcional dos trabalhadores terceirizados da Prefeitura de São Luís, contratação de 32 professores oriundos do último concurso realizado e ampliação de até 100% da carga horária de 286 professores concursados.

Para valorizar os profissionais da educação, reforçamos os canais de negociação com os sindicatos e garantimos um reajuste salarial de 9,5% aprovado pela categoria, um dos maiores dos últimos anos, além de outros benefícios há muito reivindicado pela categoria, como 1/3 de hora atividade, titulações e progressões de carreira, com aumentos repassados de até 90% do salário e alocação de 30% do tempo dos professores para preparação das aulas.

Aplicação dos Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Conforme o art. 212 da Constituição Federal, a Prefeitura Municipal de São Luís/MA, aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentuais de 28,60 da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

DA SAÚDE

A saúde foi outra área essencial onde ocorreram avanços. No início do ano, após a constatação do colapso no sistema público da capital, a administração iniciou a



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

ampliação do sistema de retaguarda de leitos para restabelecimento dos atendimentos no Hospital da Mulher e nos Socorrões I e II e celebrou uma parceria com a Santa Casa e o Hospital Universitário-HUFMA para garantir a realização de cirurgias e viabilização de novos leitos.

Temos pleno conhecimento que esta é uma área crítica que requer medidas incisivas para atender as demandas e as necessidades imprescindíveis do atendimento à saúde da população de São Luís.

Trabalhamos na expansão e melhoria da infraestrutura da saúde viabilizando recursos para reformas dos Hospitais da Criança, da Mulher, de 6 (seis) Unidades de Saúde, dentre as quais destacamos as do Residencial Alexandra Tavares, do Coroadinho e do Sacavém e estão em processo de licitação a reforma de mais 14 Unidades Básicas de Saúde e aquisição de novos equipamentos para os hospitais e unidades mistas. Os recursos estão sendo também destinados para a construção da nova maternidade, na Cidade Operária, que disponibilizará 132 leitos, sendo 20 UTI neonatal e 10 infantis.

Para dinamizar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Municipal-SAMU foram disponibilizadas 10 novas ambulâncias para a cidade. Também foi feita adequação das escalas e plantões médicos, aquisição de equipamentos e normalização do fornecimento de remédios e insumos para a rede de urgência e emergência e alocação de 24 novas equipes no Programa Saúde da Família.

Com referência ao programa finalístico "Acesso Qualificado e Resolutivo na Rede de Serviço SUS", uma das metas programadas foi o funcionamento de 01 complexo regulador ambulatorial e de leitos hospitalares que foi completamente executada, funcionando 24 horas. Outra meta programada foi atender 1.000.000 usuários do SUS pela Central de Marcação de Consulta e Exames, tendo como resultado o atendimento de 678.836 usuários.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

No programa Assistência Farmacêutica, a meta programada foi vendas de medicamentos da Farmácia Popular para 44.000 usuários, mas apenas 31.878 usuários atendidos porque houve problemas técnicos relacionados aos servidores das Unidades, que teve como consequência o fechamento das mesmas por alguns dias no decorrer do exercício de 2013.

Aplicação dos Recursos na Saúde

Conforme o art. 198 da Constituição Federal, a Prefeitura Municipal de São Luís/MA, no exercício de 2013, aplicou em ações e serviços públicos de saúde, o percentual de 27,02 calculados de acordo com o estabelecido pela EC 29/2000.

OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO

A requalificação asfáltica de ruas e avenidas foi intensificada para reestruturar a malha viária. No Polo Coroadinho, mais de 400 ruas estão sendo pavimentadas, contemplando 20 bairros da região e beneficiando milhares de moradores. Avançaram as obras de canais Cohab/Cohatrac, Gangan, Rio das Bicas e Salina do Sacavém. Na Vila Embratel, mais de 30 mil metros de encanamento de água estão sendo instalados para levar água potável para todas as casas. Na área de Infraestrutura, estão em andamento as obras do sistema de esgotamento sanitário em 30 bairros da região Itaqui Bacanga. Serão realizadas 31 mil ligações e pavimentação de ruas. Um investimento de R\$ 42 milhões, que vai beneficiar mais de 110 mil pessoas.

Na área de Urbanismo e Habitação foram implementadas as ações de regularização do Programa Minha Casa Minha Vida, finalizando a entrega de 5.702 unidades, das quais 2.679 foram entregues aos contemplados no período de fevereiro a junho de 2013 e as demais em 2012.

São Luís tem atualmente contratadas 9.304 unidades em fase de construção, entre apartamentos, casas e casas conjugadas, sendo que: 8.304 contratadas junto a Caixa e



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

1.000 com o Banco do Brasil. Dos empreendimentos assinados junto a Caixa 3.000 pertencem a chamada Fase 1 do Programa e 5.304 a Fase 2. Já as unidades do Banco do Brasil, as primeiras a serem contratadas entre a instituição financeira e a Prefeitura, pertencem a Fase 2.

TRÂNSITO

O significativo aumento na frota de veículo circulante no município constituiu-se como um dos principais pontos críticos a ser enfrentados pela Prefeitura através da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SMTT.

Foram implantadas 72 faixas de pedestres e 160 placas de advertência em 41 escolas da capital. Sinalização horizontal e vertical foram colocadas nos bairros Vila Luisão, Sol e Mar, Divinéia, Planalto, Turu e Avenida Brasil e mantidas as operações de trânsito em locais estratégicos, como rotatórias, além da expansão do sistema de monitoramento do tráfego com a instalação de 31 câmeras e 01 centro de controle, transmissão e armazenamento de dados alcançando 80 km de vias, nos principais corredores de tráfego.

Para garantir maior conforto e segurança aos usuários de transportes coletivos, foram implantados 73 abrigos para embarque e desembarque de passageiros, destacamos também, os serviços destinados a administração dos Terminais de Integração Urbanos do Município de São Luís, que incluem limpeza e manutenção dos terminais, do sistema de vigilância, das instalações elétricas e hidráulicas, fiscalização do cumprimento dos horários e frequência das linhas de ônibus, verificando o cumprimento do plano de estacionamento, a utilização das plataformas dos terminais e mantendo a ordem e segurança dos passageiros que embarcam nos terminais de ônibus.

CULTURA, TURISMO E ESPORTE

Na área da Cultura, mantivemos o calendário das festas populares de Luís realizando o Carnaval e o São João, o Seminário Municipal de Cultura, a 4ª Conferência



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Municipal de Cultura e a 7ª edição da Feira do Livro, que trouxe como tema “Livro e leitura: do impresso ao virtual sem perder a poesia”, e pela primeira vez instalada na Praia Grande, numa decisão acertada para valorizar a beleza arquitetônica e cultural de um dos mais belos cartões postais da cidade.

Diversas palestras, mesas redondas, oficinas e lançamentos de livros, atraíram milhares de visitantes à Feira do Livro, consagrada como o maior evento literário do Maranhão, que homenageou o poeta Nauro Machado. O poeta Nauro Machado foi o patrono dessa edição, que homenageou ainda o poeta Catulo da Paixão Cearense, por seus 150 anos de nascimento, o escritor Aluísio Azevedo, por seus 100 anos de falecimento, o poeta Salgado Maranhão, maranhense há muito radicado no Rio de Janeiro, e a folclorista Zelinda Lima.

O Projeto Circo Escola foi retomado, trazendo de volta à população e meio artístico, um importante equipamento cultural que, nas últimas décadas, se tornou um dos mais importantes pontos de referência de manifestações culturais da cidade.

As potencialidades turísticas da nossa São Luís, foram amplamente divulgadas por meio da participação da Secretaria Municipal de Turismo-SETUR e representantes das empresas e entidades que compõe o trade turístico em eventos locais, regionais e nacionais, nos 7 polos considerados prioritários na emissão de turistas: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belém, Fortaleza, Teresina e Belo Horizonte. Destacamos ainda a divulgação do São João de São Luís em Portugal, na Feira Mundo Abreu, tendo em vista a realização da Copa do Mundo no Brasil, um evento de grande porte que atrairá turistas do mundo inteiro.

Para contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviços e atendimento aos turistas que visitam São Luís ofertamos 29 cursos de qualificação profissional com foco nas atividades desenvolvidas pelo setor hoteleiro, tais como organização de eventos, informações turísticas, qualidade no atendimento, elaboração e comercialização de alimentos e bebidas, auxiliar de garçom, auxiliar de camareira, recepcionistas em meios de hospedagens, capacitando um total de 1.531 profissionais, que



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

desempenham um importante contato com os turistas tanto no desempenho de suas atividades, como no repasse de informações acerca de atrativos turísticos da cidade.

Retomamos as obras do Museu da Gastronomia, que tem como proposta oferecer ao público exposições permanentes e temporárias da saborosa e diversificada culinária maranhense, realizar cursos e oficinas de hospitalidade e gastronomia, compatibilizando o empreendedorismo com a qualidade no atendimento das necessidades, quer sejam do turista, quer dos moradores de São Luís.

Para incentivar a prática de esportes e como forma de proporcionar opções de lazer foram realizadas melhorias em diversas praças esportivas beneficiando as comunidades do bairro da Liberdade e do Parque dos Sabiás. No Parque do Bom Menino, foi recuperada a Academia da 3ª Idade e realizada a manutenção da rede hidráulica, elétrica e sanitária. No Estádio Nhozinho Santos foi instalado painel e catracas eletrônicas.

Diversos eventos esportivos foram patrocinados pela Prefeitura como passeios ciclísticos, maratonas, campeonatos de futebol, basquete, skate, vôlei e feita reativação de diversas escolinhas de esportes beneficiando com acesso a prática de várias modalidades mais de 5.100 crianças e adolescentes em 40 comunidades, consideradas áreas de maior vulnerabilidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA COM CIDADANIA

Foram atendidas pelo Programa de Proteção e Atendimento à Família- PAIF 35.259 famílias e 31.342 indivíduos, gerando cerca de 70.702 atendimentos/procedimentos contemplando a recepção, atendimentos individualizados, encaminhamentos e outros. Deste universo de atendidos foram acompanhadas 2.084 famílias/indivíduos, por meio de atendimentos sistemáticos e planejados que permitiram aos mesmos refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Neste programa (PAIF) acontece a execução do Programa Bolsa Família que beneficiou 84.166 famílias pobres. Estas recebem benefícios com valor médio de R\$ 143,45 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 12.073.640,00 (Doze milhões setenta e três mil seiscentos e quarenta reais) no mês. Este programa beneficiou a 106.641 crianças e adolescentes das famílias do PBF no município. Houve a identificação pelo CRAS, nos diversos territórios de 17.505 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

Para garantir o acesso ao benefício, a gestão do cadastro e o atendimento qualificado às famílias em situação de extrema pobreza do programa Bolsa Família através da gestão compartilhada com as políticas de saúde e educação, foi implantada no São Francisco, a Central de Atendimento Social, com estrutura física, acessibilidade e equipamento e nos 20 CRAS, instalados nas áreas do Coroadinho, Itaqui - Bacanga, Cidade Operária, Anil, Centro, São Francisco, Cidade Olímpica, Vila Palmeira, Vila Luizão, Liberdade, Sol e Mar, Anjo da Guarda, Forquilha, Bairro de Fátima, Estiva, Vila Nova, Vila Janaína, Vicente Fialho, João de Deus, São Raimundo e Maracanã e de modo indireto através de entidades e organizações conveniadas.

Nestas unidades são realizados o cadastramento de famílias, inserção no Cadastro Único do governo federal, recebimento de benefício, acompanhamento das condicionalidades, inserção de programas e serviços de assistência social e de políticas de educação e saúde.

Foi assegurada a 84.166 famílias, o benefício ao programa Bolsa Família em São Luís, atingindo-se a cobertura de 109,2 % no que se refere à estimativa de famílias pobres no perfil Bolsa Família, que constitui 77.096. Cerca de 138.463 famílias e 424.076 pessoas estão cadastradas no CADÚNICO em São Luís e foram identificadas em descumprimento de condicionalidade na área de educação e saúde, 178.776 famílias do Programa Bolsa Família, ocorrendo o acompanhamento qualificado a 122.702 famílias, através da gestão compartilhada com as políticas de saúde e educação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Foram encaminhadas 19.487 famílias do programa Bolsa Família para inclusão no PRONATEC Brasil sem Miséria. Prestados 105.000 atendimentos aos beneficiados do Bolsa Família-70.234; Minha Casa Minha Vida-28.602; PRONATEC -6.164 e garantido a carteira de passe livre interestadual a 451 usuários.

Foi executado o Programa Minha Casa Minha Vida, que integra o Programa Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sendo realizados atendimentos a 28.876 pessoas; 6.000 dossiês de famílias beneficiadas encaminhadas para Caixa Econômica; 03 conjuntos habitacionais entregues (Nova Aurora, Recanto Verde, São José 5), totalizando 2.679 famílias beneficiadas, ressaltando-se que destas famílias 1.452 eram público prioritário da Assistência Social – idosos, pessoas com deficiência, pessoas que moravam em áreas de risco e as que estavam sendo beneficiadas pelo aluguel social.

Em 2013, com vistas a promover a segurança, o bem estar social e preservação dos espaços públicos seguros ao município a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania desenvolveu ações abrangentes de rondas, patrulhamentos e fiscalização nas 8 áreas da Grande São Luís: Centro, Alemanha/João Paulo, Coroadinho, Vila Palmeira, Anil, Itaqui Bacanga, São Cristóvão, Cidade Operária, Cohama, Turu e Zona Rural alcançando 181 bairros e desta forma contribuindo para o aumento da segurança pública municipal através do Comando da Guarda Municipal de São Luis – GMPL, que é formada pelo Corpo de Guarda e Banda Municipal.

O Corpo da Guarda executa as atividades de segurança física e patrimonial, policiamento preventivo e permanente em praças, parques, jardins e outros prédios municipais. O de Ações Comunitárias atua realizando reuniões com as associações e conjunto de moradores, tendo participação nos Conselhos Tutelares e promovendo parcerias com o objetivo de capacitar profissionalmente jovens em situação de vulnerabilidade social.

O Grupo de Segurança Escolar tem finalidade pedagógica de implantação da cultura da paz nas escolas por meio de palestras educativas, oficinas, passeios e rondas



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

escolares preventivas. O grupo de apoio ao Turismo, realiza segurança preventiva no Centro Histórico de São Luís, concomitante ao nosso sistema de vídeo monitoramento, oferecendo orientação aos turistas, bem como aos visitantes locais. O de Proteção Ambiental trabalha na prevenção, educação, fiscalização e operacionalização da questão ambiental e o de Salva-Vidas, que é encarregado de executar os serviços de salvamento operacionalizando a segurança nas praias da Ponta d'Areia e Olho d'Água.

A Banda de Música, através de seus integrantes, ministra aulas e realiza palestras de iniciação musical nas escolas, utilizando a música como instrumento de socialização e cidadania, além de realizar apresentações em eventos oficiais e da comunidade.

O Observatório Municipal de Segurança tem sua atuação refletida pelas atividades do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de São Luís, dentre as quais ressaltamos a do vídeo-monitoramento, que se encontra subordinada a Superintendência de Inteligência e Controle Interno, cujo projeto foi uma parceria entre a Prefeitura de São Luís e o Ministério da Justiça. Funcionam 24 horas, sete dias por semana e conta com treze pontos distintos da região do Centro Histórico, na Praia Grande.

ABASTECIMENTO, PRODUÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR

Para beneficiar agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores a Prefeitura firmou acordo técnico através de parceria com o Banco do Nordeste para a criação do Banco da Cidade de São Luís, com vistas a disponibilizar produtos e serviços financeiros do Programa de Microcrédito Urbano do Banco do Nordeste do Brasil-BNB, o Crediamigo. Promovemos melhorias nas fábricas agroindustriais como a revitalização da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra, na Cidade Operária e da Fábrica de Gelo, na Estiva. Realizamos capacitação técnica para 413 produtores que trabalham com a mandiocultura, fruticultura, avicultura, caprinocultura, apicultura, suinocultura e floricultura. As comunidades de Laranjeiras, Coquilho I, Tajipurú, Cinturão Verde e Cassaco também foram beneficiadas por meio de ações do Programa de Hortas do



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

Maranhão, convênio celebrado entre a SEMAPA e a EMBRAPA, para implantação de viveiros, com a capacitação de 40 agricultores.

Para promover a regulamentação dos trabalhadores do Setor Pesqueiro de São Luís um total de 768 pescadores artesanais, aquicultores familiares, balanceiros e atacadistas de pescados tiveram suas atividades regulamentadas e foram contemplados por projetos encaminhados ao Ministério da Integração Nacional cuja finalidade é promover melhorias nas atividades desempenhadas pelos mesmos, tais como, fabricação de gelo e câmara fria e piscicultura em chão escavado.

Temos consciência do papel estratégico, primordial, no combate à fome e a desnutrição, por isso, a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional tem articulado diversas ações com vistas a operacionalização da Política Pública de Segurança alimentar de São Luís, dentre as quais destacamos a implantação do Banco de Alimentos, que será abastecido por produtos arrecadados provenientes de doações, além da reestruturação da Cozinha Comunitária Vila Cascavel.

O Programa Leite na Escola, arcado inteiramente com recursos municipais, foi licitado em 2013 com implementação prevista para o ano letivo de 2014, beneficiando os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, que frequentam regularmente as salas de aula e às crianças de creches conveniadas à Prefeitura de São Luís. O programa, executado em parceria entre as Secretarias Municipais de Segurança Alimentar (SEMSA) e Educação (SEMED), tem como metas principais reduzir a evasão escolar e proporcionar aos alunos das escolas municipais uma alimentação nutritiva e saudável. O leite distribuído é composto de 13 vitaminas, além de ferro, cobre, iodo, zinco, magnésio, flúor, selênio, fósforo e lecitina de soja dando a cada estudante o direito de receber um quilo de leite em pó integral instantâneo em dois pacotes de 500g. A SEMSA também disponibiliza nutricionistas que vão às escolas orientar os pais sobre as necessidades nutricionais da criança em idade escolar.

Também foi estipulado um pacto entre Governo Federal e a Prefeitura de São Luís através do Programa de Aquisição de Alimentos, que beneficia às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Aqui em São Luís o referido programa contempla as



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

mulheres produtoras, com aporte de 40% de toda a produção e fornecimento garantido que envolverá 300 produtores da agricultura familiar, assentados, quilombolas, extrativistas e pescadores, beneficiando 11 entidades, num total de 12.000 pessoas, com alcance mensal projetados em 1.440.00 refeições distribuídas entre os beneficiários mensalmente.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA

Na visão moderna, a administração pública passa por constantes mudanças. Dessa forma, é imprescindível estimular as equipes de trabalho, disseminar boas ideias, identificar bons referenciais e buscar novos rumos estratégicos e desenvolver uma gestão estratégica orientada para resultados.

Neste sentido a Secretaria Municipal de Planejamento, por meio da Escola de Governo e Gestão Municipal – EGGEM, desenvolve o programa Educação Continuada dos Servidores Públicos Municipais que representa um dos projetos do “Programa de Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Prefeitura de São Luís” e tem como principal objetivo atender às necessidades de capacitação dos Órgãos/ Secretarias, no que se refere ao aprimoramento contínuo dos servidores, com vistas à melhoria dos níveis de desempenho de gestão e das políticas públicas, atendendo às necessidades permanentes de aprendizagem.

Em 2013 foram oferecidos 17 cursos, 7 oficinas, 3 treinamentos de curta duração de diferentes níveis de abrangência, específicos a uma área de saber e que resultam na capacitação, aprimoramento e atualização do conhecimento para melhorar as relações interpessoais, a formação e a qualificação de 1.862 servidores que estão colaborando em diversas atividades técnico - administrativa entre as secretarias e órgãos da administração municipal.

Dentre os cursos oferecidos citamos os seguintes: Licitação: Pregão Presencial e Eletrônico; Informática Básica e Internet; Atendimento ao Cidadão; Segurança no Trabalho; Formação de Tutores; Libras Básicos; Gestão por Resultados; Saberes e Práticas



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

da Vida Saudável; Ética e Administração Pública; Qualidade de Vida no Trabalho; Excelência no Atendimento; Licitações e Contratos; Gestão em Serviços Públicos; Gestão Estratégica de Pessoas

Destacamos também a implantação do Projeto o Primeiro Pré-Vestibular da EGGEM, que fez parte do Programa "Valorizando o Servidor Público Municipal" integrando a política de valorização do funcionalismo público municipal proposta pelo nosso governo. O Pré-Vestibular teve como objetivo proporcionar aos servidores não graduados a oportunidade de ampliar as possibilidades de ingresso em cursos superiores. Inicialmente, a programação foi direcionada para preparar os candidatos para a ampla concorrência dos cursos de graduação em Matemática, Ciências da Computação e Letras, já autorizados pela CAPES/ MEC, para serem oferecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e UFMA, no Polo de Apoio Presencial - UAB, que funciona na sede desta Escola de Governo e Gestão.

Entretanto, diante da seriedade e do compromisso do trabalho desenvolvido, e do afincamento dos candidatos, a PMSL já proporcionou, através do referido curso, a aprovação de um servidor público municipal no Processo Seletivo de Acesso À Educação Superior - PAES/2014- UEMA, classificado em 1º lugar na reserva de vagas para estudantes negros e indígenas, para o Curso de Engenharia de Pesca (Bacharelado- diurno).

QUANTO AO CUMPRIMENTO DOS PERCENTUAIS LEGAIS

O Município de São Luís, em relação ao exercício de 2013, conforme CERTIDÃO nº 205/2014, de 17 de março de 2014, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, cumpriu o disposto:

- a) no art. 23 - limites de pessoal; no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) no art. 37 – não realização de operações vedadas;



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

- c) no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária;
- d) no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- e) no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital;
- f) no art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal;
- g) No Art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000;
- h) nos demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;

Sendo o que tínhamos a informar, nos colocamos a disposição desta Egrégia Corte de Contas para o que se fizerem necessários.

EDIVALDO DE HOLANDA BRAGA JUNIOR

Prefeito



SÃO LUÍS

Prefeitura e você, construindo um novo caminho

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

**São Luís – MA
2013**



PREFEITO DE SÃO LUÍS

Edivaldo de Holanda Braga Júnior

VICE-PREFEITO

Roberto Coelho Rocha

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Maria Sueli Lobo Bedê Freire

SECRETÁRIA ADJUNTA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Danielle Câmara Fernandes Nunes

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Ana Karina Carvalho Cordeiro

CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Jairo Câmara de Carvalho Filho

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL:

GESTOR:

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Manoel Pedro Castro

ELABORAÇÃO:

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO FAZENDÁRIO

Lílian Lúcia Porto Ribeiro da Silva

Marconny Araujo Lima

Maria Cristina Jorge Andrade

Nair de Azevedo Goytacaz

COLABORAÇÃO:

COMITÊ DE QUALIDADE

Alaíze Silva Xavier de Souza

COMITÊ DE EDUCAÇÃO FISCAL

Antônio José Macatrão Lima

Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ

Tel. (98) 3212-8147; Fax. (98) 3231-5134

Avenida Guaxenduba, nº 1.455 – Bairro de Fátima

CEP 65015-560 – São Luís - MA

Sítio na Internet: <http2://www.saoluis.ma.gov.br/fazenda>

Este relatório é uma publicação da Secretaria Municipal da Fazenda. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.

Sumário

1. GESTÃO DE PESSOAS – LOTACIONOGRAMA 2013

2

Instrumento de organização com a finalidade de oferecer uma visão exata da disposição das pessoas que trabalham no âmbito da SEMFAZ, facilitando a coordenação dos talentos disponíveis e favorecendo possíveis remanejamentos ou reorganização da força de trabalho fazendário.

2. GESTÃO FINANCEIRA – RECEITAS 2013

35

Análise das Receitas Municipais 2013 referentes aos primeiros sete meses do exercício, com uso de dados de janeiro a julho contabilmente consolidados no Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP/GIAP da Prefeitura de São Luís e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2013.

Apresentam-se informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas e gráficos sobre Realização do Orçamento Anual, Comparativo Bienal, Ranking das Principais Receitas e Evidenciação da Dependência Financeira.

3. GESTÃO FAZENDÁRIA – AÇÕES 2013

50

Realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA MUNICIPAL

57

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da receita própria tributária e ao saneamento das contas públicas, mesmo diante de desafios de conjuntura nacional que afetam a arrecadação em todas as esferas, mas principalmente dos municípios, como os impactos econômicos dos conflitos de mobilidade urbana, menor crescimento do PIB, avanço gradativo da inflação, aumento dos gastos do setor público, alta do dólar e menos investimentos externos.

De um lado, na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ tem envidado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos. Por outro, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípuo de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

1. GESTÃO DE PESSOAS - LOTACIONOGRAMA

Instrumento de organização com a finalidade de oferecer uma visão exata da disposição das pessoas que trabalham no âmbito da SEMFAZ, facilitando a coordenação dos talentos disponíveis e favorecendo possíveis remanejamentos ou reorganização da força de trabalho fazendário.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

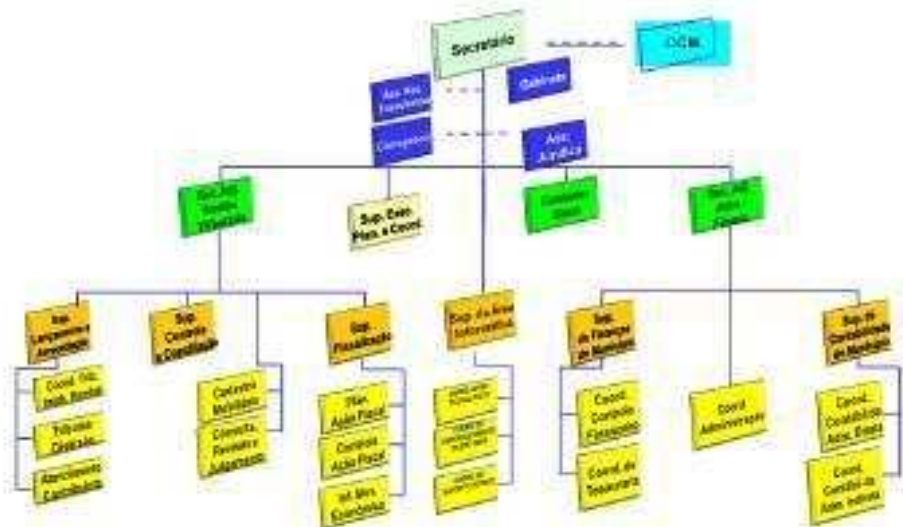
APRESENTAÇÃO

O Lotacionograma foi criado pelo Comitê de Qualidade da Secretaria Municipal da Fazenda –SEMFAZ, em parceria com a Secretaria Adjunta Administrativa Financeira, para proporcionar aos líderes da Instituição elementos sobre as lotações dos servidores da casa, em cada unidade administrativa, bem como as principais funções de cada área, consoante a posição no organograma da Secretaria.

A SEMFAZ foi criada pela LEI N° 1.646,
de 10 de janeiro de 1966.



ESTRUTURA DA SEMFAZ

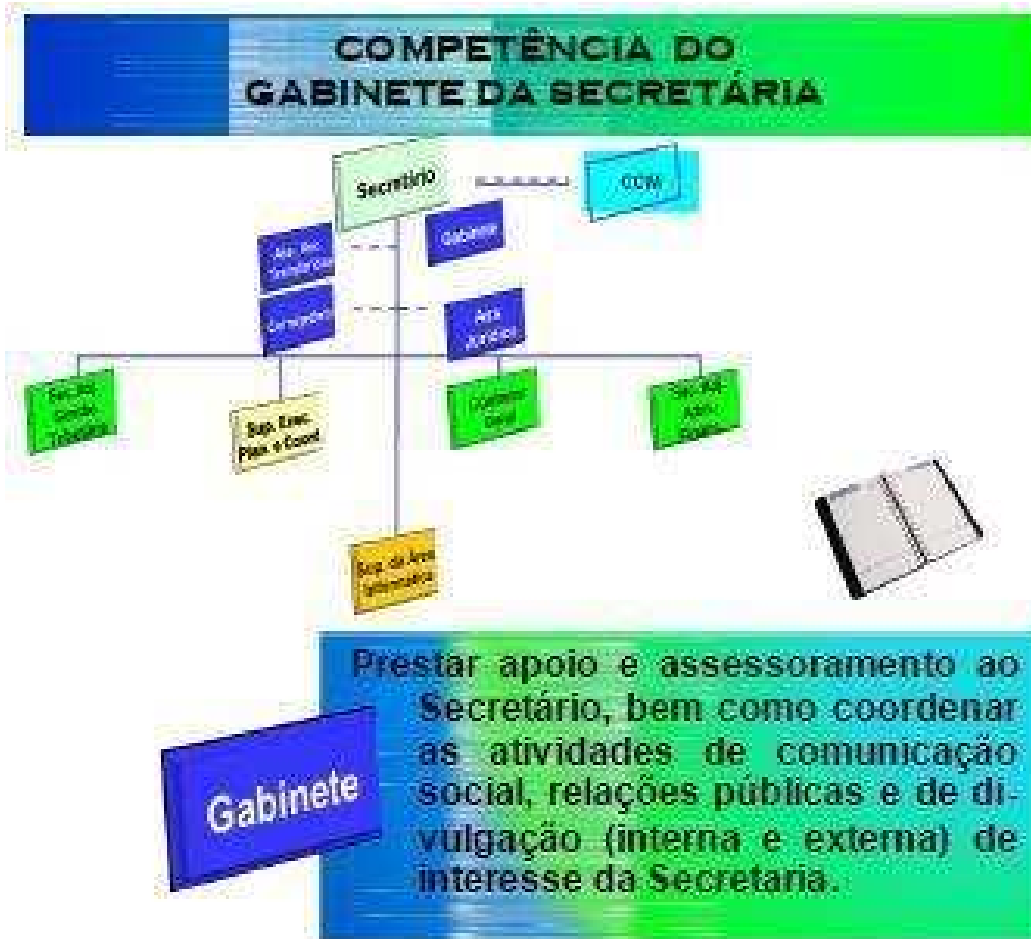


Total Servidores	310
Comissionado Externo	100
Estatutário	210

Externo X Efetivos	32%
Total de Servidores	310
Comissionado Externo	100

Comissionados	170
Estatutários	70
Comissionado Externo	100
Não Comissionados	140

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



Gab da Secretária			%
Comissionado Externo	9	60,00	
Estatutário	6	40,00	
TOTAL	15	100	
ESPECIFICAÇÃO			
	QT.		%
Secretaria Municipal	1		6,67
Chefe de Gabinete de Secretaria Municipal	1		6,67
Assessor de Planejamento Fazendário	1		6,67
Assistente Técnico de Nível Superior	1		6,67
Motorista	1		6,67
Agente Administrativo	2		13,33
Assistente Nível Médio	2		13,33
Assessor Técnico	1		6,67
Assistente Técnico	4		26,67
Assistente de Nível Médio	1		6,67
TOTAL	15		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

UNIDADES SUBORDINADAS À SECRETÁRIA

COMITÊ DE QUALIDADE

Dar apoio ao gerenciamento das unidades da SEMFAZ e à gestão do conhecimento, além de estimular o mapeamento, a disseminação e a incorporação de boas práticas administrativas.

Comitê de Qualidade/Educação Fiscal		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100

ATIVIDADES COM SUBORDINAÇÃO DIRETA À SECRETÁRIA

Comunicação		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Assistente Técnico - Comunicação	1	50,00
Assistente de Nível Médio - Comunicação	1	50,00
TOTAL	2	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETARIA

Contador
Geral

Gerenciar as atividades de contabilidade do município, zelando pela fidedignidade dos lançamentos, balancetes, balanço anual, prestação de contas e relatórios fiscais.

Contador Geral do Município			%
Comissionado Externo	1		100,00
Estatutário	0		0,00
TOTAL	1		100

ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Contador Geral	1	100,00
TOTAL	1	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

CCM

Órgão autônomo e auxiliar da Administração, competindo-lhe privativamente, processar e julgar, em segunda instância recursos interpostos das decisões da 1ª instância.

COMPOSIÇÃO

5 (Poder Executivo)

- Servidores da SEMFAZ
Nível superior
Notório saber no Sistema Tributário Nacional e Municipal

4 (Contribuintes)

- ACM
- FECOMERCIO
- FIEMA

LOTACIONOGRAMA DO CCM

Conselho de Contribuintes do Município		%	
Comissionado Externo	1	11,11	
Estatutário	8	88,89	
TOTAL	9	100	
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Coord. Apoio da Câmara Recursal	1	11,11	
Agente Administrativo	1	11,11	
Assistente para Atividade Jurídica	1	11,11	
Assistente de Apoio da Câmara Recursal	1	11,11	
Assistente Tec. Memória e Documentação	2	22,22	
Assistente Técnico de Protocolo	1	11,11	
Auxiliar de Serviços Gerais	1	11,11	
Assistente Técnico	1	11,11	
TOTAL	9	100	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

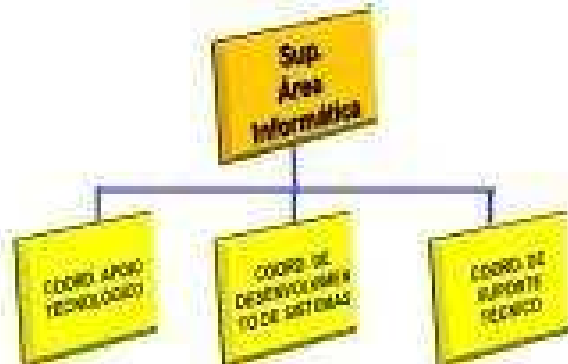
**Sup. Exec.
Plan. e Coord.**

Prestar assessoramento técnico na formulação e na implementação das políticas públicas de natureza fiscal, tributária, e de finanças, tais como: Relatório Anual de Gestão; Planejamento; Modernização; Racionalização de procedimentos; Clima organizacional; PPA, LDO, LOA; programação financeira; plano de treinamento e desenvolvimento dos servidores; acompanhamento da adequação da estrutura orgânica e funcional; redimensionamento das equipes e relações; estudos para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal; Assessoramento técnico as demais unidades administrativas.

Sup. Exec. Planejamento de Coordenação		
		%
Comissionado Externo	8	72,73
Estatutário	3	27,27
TOTAL	11	100
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	9,09
Assessor de Planej. Fazendário	7	63,64
Assistente de Nível Médio	1	9,09
Assistente Técnico	1	9,09
Agente Administrativo	1	9,09
TOTAL	11	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETARIA



Prestar suporte técnico às unidades usuárias, nas atividades de TI, de hardware e software, administrar a rede de computadores e zelar pela segurança dos sistemas informatizados.

Sup.
Área
Informática

Sup. Área de Informática		%	
Comissionado Externo	4	80,00	
Estatutário	1	20,00	
TOTAL	5	100	
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Superintendente	1	20,00	
Coordenador	2	40,00	
Assistente Técnico	1	20,00	
Agente Administrativo	1	20,00	
TOTAL	5	100	

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETÁRIA

Ass. Rec.
Transferidas

Acompanhar a arrecadação e o rateio dos tributos (federal e estadual); acompanhar e manter atualizada a legislação; realizar estudos do comportamento das receitas de tributos; relatórios gerenciais.

Assessoria de Receitas Transferidas		%
Comissionado Externo	1	100,00
Estatutário	0	0,00
TOTAL	1	100
ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Chefe da Assessoria	1	100,00
TOTAL	1	100

Corregedoria

Garantir a qualidade e a probidade dos atos praticados por funcionários e outros colaboradores com atividades relacionadas com a arrecadação e fiscalização de tributos municipais.

Correg. Atividades Fazendária		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	3	100,00
TOTAL	3	100
ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Corregedor	1	33,33
Assistente Téc. Nível Superior - da Corregedoria	2	66,66
Assistente Técnico	1	33,33
Agente Administrativo	1	33,33
TOTAL	3	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SECRETARIA

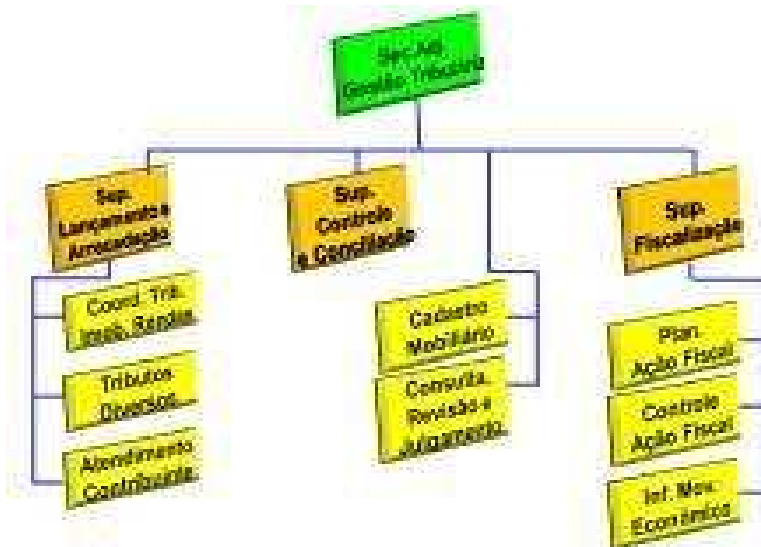
Ass.
Jurídica

Assessoramento na aplicação e interpretação de dispositivos legais; revisão de propostas de atos normativos, contratos, editais de licitações, convênios etc; estudos e pesquisas sobre matérias de interesse jurídico; Emissão de parecer sobre os pedidos de isenção, de imunidade, ou de incidência de tributos municipais.

Assessoria Jurídica		%
Comissionado Externo	9	75,00
Estatutário	3	25,00
TOTAL	12	100
ESPECIFICAÇÃO		QT.
		%
Chefe da Assessoria	1	8,33
Secretária Executiva	1	8,33
Analista Jurídico	4	33,33
Analista Técnico	2	16,67
Agente Administrativo	2	16,67
Auditor Fiscal	1	8,33
Assistente Técnico	1	8,33
TOTAL	12	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ESTRUTURA DA SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA - SAGT



Sec. Adj. Gestão Tributária

Gerir o desenvolvimento das atividades de fiscalização, arrecadação, de lançamento dos tributos, controle e conciliação, cadastro mobiliário, revisão, consulta e julgamento dos processos impetrados em primeira instância, atendimento ao Contribuinte, sendo suas atribuições executadas pelas unidades programáticas que lhe são subordinadas.

Gab da Secretaria Adj. Gestão Tributária		%
Comissionado Externo	4	57,14
Estatutário	3	43
TOTAL	7	100
ESPECIFICAÇÃO		QT
Secretária Adjunta	1	14,29
Secretária Executiva	2	28,57
Assistente de Nível Médio	1	14,29
Agente Administrativo	1	14,29
Assistente Técnico	2	28,57
TOTAL	7	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO



- Lançamento e Arrecadação de tributos e rendas;
- Promover o arbitramento de tributos;
- Emitir parecer sobre processos relativos a recursos de Contribuintes, referente à reclamação de lançamentos, para julgamento em 1ª Instância;
- Acompanhar o comportamento da arrecadação dos maiores Contribuintes e dos maiores devedores;
- Zelar para um atendimento conclusivo, ágil e de qualidade;
- Solicitar ao Cadastro Imobiliário, revisão de campo de imóveis, para dar suporte à atualização dos lançamentos;
- Registrar incidência tributária, isenções, imunidades, remissões, impugnações e demais favores fiscais concedidos;
- Informar à Superint. de Fiscalização, sobre os Contribuintes com indícios de irregularidade fiscal/tributária;
- Supervisionar a emissão e distribuição de DAM;
- Emitir parecer nos processos de confissões de dívidas;
- Expedir certidões de situação fiscal;
- Notificar Contribuintes;
- Informar à Superintendência de Conciliação e Controle, os contribuintes em débitos.

Sup. Área de Lanco. Arrecadação			%
Comissionado Externo	3		33,33
Estatutário	6		66,67
TOTAL	9		100
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Superintendente	1		11,11
Secretária Executiva	1		11,11
Agente Administrativo	2		22,22
Assistente de Nível Médio	1		11,11
Assistente Técnico	3		33,33
Auxiliar de Serviços Gerais	1		11,11
TOTAL	9		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

Coord. Trib. Imob. Rendas

- Planejar, coordenar, controlar e acompanhar o lançamento e a arrecadação de tributos imobiliários e rendas do Município;
- Analisar os parâmetros indicadores de arrecadação dos tributos imobiliários e rendas municipais;
- Proceder à notificação a Contribuintes, quanto aos lançamentos e divergências ocorridas nos recolhimentos dos tributos e rendas;
- Instruir, em conjunto com a Superintendência da Área, processos de defesa, consulta e devolução relativos aos tributos imobiliários e rendas;
- Providenciar, para os registros de resgates, transferências e averbação de terrenos foreiros nos livros legais;
- Solicitar revisão de campo de imóveis diagnosticada como necessária para dar suporte à atualização de lançamentos;
- Realizar a previsão da receita dos tributos e rendas;
- Assinar certidões e outros documentos pertinentes à Coordenadoria;
- Coordenar as operações do Posto de Atendimento ao Contribuinte do Viva Cidadã;
- Proceder ao lançamento da taxa de publicidade.

Coord. Trib. Imob e Rendas		%	
Comissionado Externo	0	0,00	
Estatutário	8	100,00	
TOTAL	8	100	
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Coordenador	1	12,50	
Secretária Executiva	1	12,50	
Agente Administrativo	3	37,50	
Assistente Técnico	3	37,50	
TOTAL	8	100	

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

- Planejar, coordenar, controlar e acompanhar o lançamento e a arrecadação dos tributos mobiliários e taxas municipais;
- Implantar medidas de aperfeiçoamento do processo de lançamento e de arrecadação, visando à simplificação e racionalização;
 - Notificar contribuintes quanto aos lançamentos e divergências ocorridas nos recolhimentos dos tributos;
 - Instruir, em conjunto com a Superintendência da Área, processos de defesa, consulta e devolução relativos aos tributos;
- Assinar certidões e outros documentos pertinentes à área de atuação da Coordenadoria;
- Coordenar as operações dos Pontos de Atendimento ao Contribuinte, no âmbito de atuação da Coordenadoria;
- Analisar confissões de dívidas apresentadas à Área de Atendimento ao Contribuinte;
- Propor normas e procedimentos que visem ao aperfeiçoamento da sistemática de lançamento e da arrecadação;
- Manter atualizado o arquivo de leis, decretos, acordãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área;
- Integrar-se aos demais órgãos competentes da administração municipal com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de lançamento e arrecadação.

Tributos Diversos

Coord. Trib. Diversos		%	
Comissionado Externo	2		40,00
Estatutário	3		60,00
TOTAL	5		100
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Coordenador	1		20,00
Assistente de Nível Médio	2		40,00
Agente Administrativo	1		20,00
Assistente Técnico	1		20,00
TOTAL	5		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ESTRUTURA DA ÁREA DE LANÇAMENTO

Atendimento Contribuinte

- Gerenciar os serviços de Atendimento ao Contribuinte;
- Coordenar a emissão das certidões, observando as exigências legais;
- Coordenar a recepção de Declaração de Informações Municipais;
 - Interagir com a Coordenadoria de Administração na disponibilização de recursos materiais, serviços gerais, limpeza, zeladoria e transporte;
 - Zelar para que os serviços de protocolo dos Pontos de Atendimento ocorram de forma eficaz.
- Coordenar os serviços prestados nos Pontos de Atendimento, bem como avaliar os resultados na execução das suas tarefas;
- Gerenciar o atendimento do serviço de Plantão Fiscal, de telemarketing e Internet;
- Dar tratamento adequado às sugestões e críticas recebidas por meio de telemarketing, plantão fiscal e Internet;
- Aplica pesquisas diárias de satisfação dos serviços prestados, bem como receber sugestões para melhoria dos serviços;
- Manter-se informado quanto a soluções e/ou críticas prestadas às reclamações e/ou informações advindas do atendimento ao Contribuinte;
- Sugerir e apreciar toda e qualquer veiculação (telemarketing, Internet, panfletos, rádio e televisão, mala direta) de matéria para esclarecimentos aos Contribuintes.

Coord. de Atendimento			%
Comissionado Externo	5		31,25
Estatutário	11		68,75
TOTAL	16		100
ESPECIFICAÇÃO	QT.		%
Coordenador	1		6,25
Secretaria Executiva	3		18,75
Agente Administrativo	3		18,75
Assistente Técnico	4		25,00
Assistente Nível Médio	4		25,00
Auxiliar de Serviços Gerais	1		6,25
TOTAL	16		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA DA SUP CONCILIAÇÃO

Sup. Controle e Conciliação

- Consistir as listagens de arrecadação e os lançamentos de tributos;
- Detectar pagamentos efetuados a menor e implantar débitos das diferenças;
- Reimplantar débitos relativos a créditos incorretos e informar à SALA para notificações cabíveis;
- Emitir relatórios e estatísticos da arrecadação efetiva e dos créditos vencidos;
- Informar ao Secretário Adj., relação de devedores a serem inscritos na Dívida Ativa.

Sup. Área de Controle e Conciliação		%
Comissionado Externo	6	66,67
Estatutário	3	33,33
TOTAL	9	100
ESPECIFICAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	QT.	%
Superintendente	1	11,11
Assistente Técnico	3	33,33
Agente Administrativo	1	
Assistente de Nível Superior	4	44,44
TOTAL	9	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT

- Cadastro Mobiliário**
- Atualizar a Tabela de Atividades Econômicas, sugerindo agrupamento adequado;
 - Realizar estatísticas e análise sobre o Cadastro Mobiliário;
 - Proceder à inscrição/baixa cadastral de Contribuintes;
 - Informar sobre o cadastro de Fomecedores e Prestadores de Serviços constantes no Cadastro Mobiliário do Município;
 - Proceder a desativação/reactivação cadastral de Contribuintes, conf. determinações da Sup. de Fiscalização e da Adm. Superior;
 - Solicitar à Sup. de Fiscalização diligências de ação fiscal para subsidiar decisões da área;
 - Instruir processos para subsidiar as consultas internas e externas sobre o Cadastro Econômico;
 - Homologar inscrições no Cadastro Mobiliário, após deferimento do Órgão Municipal de Urbanismo e da Vigilância Sanitária;
 - Estabelecer interação com as demais áreas no propósito de aprimorar suas funções.

Coord. Cadastro Mobiliário			%	
Comissionado Externo	6		66,67	
Estatutário	3		33,33	
TOTAL	9		100	
ESPECIFICAÇÃO			QT.	%
Coordenador	1		11,11	
Assistente Técnico	2		22,22	
Secretária Executiva	1		11,11	
Assistente de Nível Médio	5		55,56	
TOTAL	9		100	

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT

Consulta, Revisão e Julgamento

- Julgar os recursos impetrados em face de declaração de preempção do prazo de impugnação;
- Analisar e responder aos pedidos de consultas, revisão e julgamentos;
 - Encaminhar, ao Secretário Adj., os Autos de infração julgados procedentes, com prazo de recurso vencido e aqueles julgados procedentes pelo CCM;
 - Analisar e emitir parecer em processos que versem sobre tributos, em atendimento a solicitações do Secretário Adj.;
- Selecionar pareceres e decisões para fins de divulgação;
- Prestar informações à PGM, relativamente aos processos ou decisões do seu âmbito de atuação;
- Recorrer de ofício ao CCM das decisões contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal;
- Emitir parecer sobre pedidos de compensação e transação de créditos tributários;
- Realizar perícias técnicas, contábeis e fiscais, para instrução de processos de litígio tributário judiciais;
- Cumprir as decisões administrativas e judiciais vinculantes;
- Manter registros e estatísticas sobre as decisões proferidas;
- Providenciar notificação aos interessados sobre decisões proferidas, com Aviso de Recebimento;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

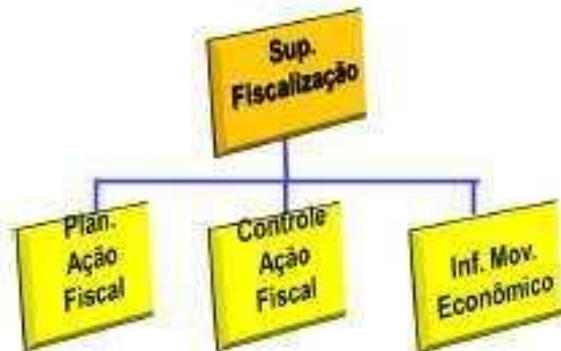
LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAGT

Consulta, Revisão e Julgamento

- Controlar os prazos legais para julgamento das defesas;
- Controlar o vencimento dos recursos de Auto de Infração;
 - Constituir e controlar registros de distribuição de processos aos julgadores e de numeração de atos;
 - Distribuir os recursos para julgamento em primeira instância mediante sorteio, na ordem cronológica de chegada;
 - Julgar impugnações.

Coord. Consulta Revisão e Julgamento		%	
Comissionado Externo	8	72,73	
Estatutário	3	27,27	
TOTAL	11	100	
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Coordenador	1	9,09	
Julgador de 1ª Instância	6	54,55	
Secretaria Executiva	1	9,09	
Assistente de Nível Médio	2	18,18	
Agente Administrativo	1	9,09	
TOTAL	11	100	

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO



- Sup. Fiscalização**
- Planejar, controlar e coordenar a ação fiscal de todos os tributos e rendas do Município;
 - Auxiliar a Procuradoria Fiscal nas medidas inerentes a cobrança da Dívida Ativa;
 - Controlar e acompanhar os resultados da ação fiscalizadora;
 - Autorizar a impressão, autenticação e a inutilização de Notas Fiscais;
 - Autorizar, bimestralmente, a relação de empresas a serem fiscalizadas;
 - Autorizar a suspensão da cobrança de Autos de Infração que receberam defesa/recurso por parte dos Contribuintes, no prazo regulamentar;
 - Assinar as Instruções de Serviços a serem distribuídas aos Auditores Fiscais, homologando-as;
 - Superintender o cadastro de Declarações de Informações Municipais;
 - Aprovar a apuração da produtividade dos Auditores Fiscais e encaminhar a Coord. de Administração;

- Sup. Fiscalização**
- Coordenar o controle de qualidade, antecedendo à conclusão da ação fiscal;
 - Superintender o arrolamento de processos de defesa e posterior encaminhamento para julgamento da Primeira Instância;
 - Interagir com a área de Cadastro Econômico para manter atualizada a Tabela de Atividades Econômicas e incidência de Regimes Especiais de Escrituração e Recolhimento por Estimativa;
 - Instituir sistemáticas de estatísticas sobre a atuação fiscal, encaminhando para Secretaria Adjunta;
 - Encaminhar à Superint. de Controle e Conciliação, processos/dossiês com Autos de Infração com prazo de recurso vencido, para providências de cobrança;
 - Aprovar a desativação/reactivação de Contribuintes, em cumprimento aos pareceres dos Auditores Fiscais e da Administração Superior;
 - Assinar certidões e outros documentos pertinentes a sua área de atuação.

Sup. Área de Fiscalização		%
Comissionado Externo	0	0,00
Estatutário	52	100,00
TOTAL	52	100
ESPECIFICAÇÃO		QT.
Superintendente	1	1,92
Auditor Fiscal	44	84,62
Auxiliar de Serviços Gerais	1	1,92
Assistente de Nível Médio	2	3,85
Agente Administrativo	4	7,69
TOTAL	52	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

- Plan. Ação Fiscal**
- Planejar e organizar, junto à Superintendência da Área, as atividades a serem fiscalizadas no exercício;
 - Subsidiar a Superintendência da Área de Fiscalização com dados e estatísticas, constando a relação de empresas a serem fiscalizadas no mês;
 - Sugerir a formação e a composição de grupos para os projetos específicos e tarefas internas e externas de fiscalização e plantão Fiscal;
 - Elaborar, mensalmente, os projetos da ação fiscal e emitir as Instruções de Serviço correspondentes;
 - Manter sintonia com a Coordenadoria de Controle da Ação Fiscal, visando avaliar os resultados da programação e subsidiar planejamentos futuros;
 - Acompanhar, permanentemente, os resultados da ação fiscal, de modo a avaliar a performance da programação;
 - Adotar normas e procedimentos para a efetiva fiscalização dos Contribuintes, observando as periodicidades;
 - Designar, em conjunto com a Superintendência da Área, Auditores Fiscais para as diligências solicitadas;
 - Manter registro dos processos de diligências, quanto ao início e conclusão da ação fiscal, recepcionando-os e encaminhando-os à Coord. de Controle da Ação Fiscal;
 - Sugerir portarias de enquadramento de Contribuintes no regime de recolhimento por estimativas;
 - Assinar instruções de serviços e outros documentos pertinentes à área.

Coord. de Planej. Ação Fiscal			%
Comissionado Externo	3		75,00
Estatutário	1		25,00
TOTAL	4		100
ESPECIFICAÇÃO			QT. %
Coordenador	1		25,00
Assistente Técnico	1		25,00
Secretária Executiva	2		50,00
TOTAL	4		100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

Controle Ação Fiscal

- Controlar as informações resultantes dos levantamentos e relatórios obtidos, coordenando o registro, a consistência, a tabulação e as estatísticas decorrentes;
- Relatar o cruzamento de dados obtidos da Declaração Mensal de Serviços - DMS, prestada pelos Contribuintes, tomadores e prestadores de serviços;
- Acompanhar os Autos de Infração pagos no prazo previsto em Lei e encaminhá-los à Superintendência de Fiscalização;
- Implantar a suspensão da cobrança dos Autos de Infração que recebem recursos impetrados, encaminhando-os ao autor dos feitos, por meio da Superintendência da área;
- Assinar mapa de produtividade fiscal e ofício de cobrança referente aos autos de infração;
- Arquivar e manter atualizados, para pronta consulta, as leis, decretos, acordãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área.

Coord. de Controle da Ação Fiscal			%
	Comissionado Externo	0	0,00
	Estatutário	3	100,00
	TOTAL	3	100
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
	Coordenador	1	33,33
	Assistente Técnico	1	33,33
	Téc. Municipal Nivel Médio - Contabilidade	1	33,33
	TOTAL	3	100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

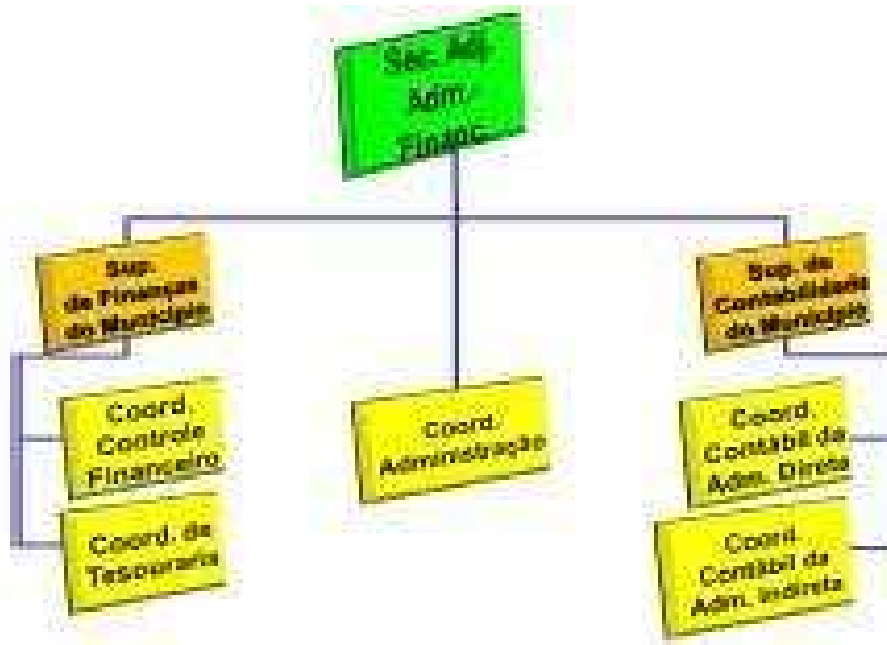
Inf. Mov.
Econômico

- Conhecer os programas de fiscalização;
 - Analisar os relatórios de lançamentos e da arrecadação provenientes da Superintendência da Área de Lançamento e Arrecadação;
 - Fornecer subsídios para estudos econômicos e tributários em atendimento às necessidades da Secretaria;
- Efetuar estudos e oferecer propostas de alteração da legislação tributária municipal;
- Realizar estudos permanentes sobre as atividades geradoras de ISS;
- Analisar a relação dos maiores Contribuintes;
- Efetuar análise sobre os resultados da ação fiscal e a arrecadação efetiva;
- Assinar relatórios e autorizações de impressão de documentos fiscais - AIDF;
- Manter arquivo atualizado de leis, decretos, acordãos, portarias, pareceres, despachos, e decisões de interesse da área.

Coord. de Inf. do Mov. Econômico		%
Comissionado Externo	1	50,00
Estatutário	1	50,00
TOTAL	2	100
ESPECIFICAÇÃO		%
Coordenador	1	50,00
Agente Administrativo	1	50,00
TOTAL	2	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ESTRUTURA DA SECRETARIA ADJUNTA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA - SAAF



Sec. Adj.
Adm.
Financ.

Gerir o desenvolvimento das atividades de finanças e de contabilidade do Município e, ainda, aquelas de natureza administrati-

Quadro da Secretaria Adj. Adm. Financeira			%
Comissionado Externo	2		50,00
Estatutário	2		50,00
TOTAL	4		100
ESPECIFICAÇÃO			QT
Secretária Adjunta	1		25,00
Secretária Executiva	2		50,00
Assistente de Nível Superior	1		25,00
TOTAL	4		100

ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS



- Sup. de Finanças do Município**
- Planejar, acompanhar e dirigir a execução das atividades de planejamento financeiro;
 - Controlar a Dívida Pública Municipal e o Planejamento de desembolso de recursos da adm. Direta;
 - Acompanhar a evolução do fluxo de caixa observando os prazos e normas em vigência;
 - Elaborar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso submetendo-a ao Secretário Adj. da Área;
 - Avaliar, bimestralmente, a efetiva execução da programação financeira;
 - Cumprir a ordem cronológica dos pagamentos de sentenças judiciais;
 - Acompanhar a execução extra-orçamentária e orçamentária apurando as causas das diferenças;
 - Preparar, diariamente, boletins de movimento financeiro e encaminhá-los, juntamente com outros, à contabilidade;
 - Conferir e efetuar os pagamentos de despesas conf. a disponibilidade do Município;
 - Controlar os gastos e os encargos gerais da SEMFAZ;
 - Efetuar controle de pagamento das contas de recursos com destinação específica;

ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS

Sup. de Finanças do Município

- Fornecer suprimentos de fundo a outros órgãos da administração municipal, sempre que for necessário;
- Contatar com os estabelecimentos bancários em assuntos de sua competência;
 - Controlar os extratos das contas vinculadas a convênios, a fim de que, em tempo hábil, possam ser fornecidos ao órgão encarregado da prestação de contas dos mencionados convênios.
 - Controlar a requisição de talões de cheques aos bancos e a emissão de cheques para pagamentos autorizados;
- Controlar a movimentação das contas da Secretaria Municipal nos estabelecimentos de crédito;
- Controlar os depósitos efetuados em estabelecimentos de créditos;
- Atualizar os saldos das contas, mediante obtenção dos extratos, e elaborar as conciliações;
- Informar a disponibilidade de saldos bancários ao Secretário Adjunto;
- Promover a manutenção, atualização e escrituração do movimento de caixa e preparar os comprovantes às operações realizadas;
- Promover a manutenção dos registros de títulos e valores sob sua guarda;
- Informar a existência de dotações em processos licitatórios;
- Analisar, registrar e controlar os adiantamentos, bem como os prazos de prestação de contas.

Sup. Área de Finanças		
Comissionado Externo	3	28,40
Estatutário	8	61,24
TOTAL	13	100
ESPECIFICAÇÃO		
Superintendente	1	7,69
Assessor Técnico	1	7,69
Agente Administrativo	3	23,08
Assistente Técnico	4	30,71
Assistente Nível Médio	2	15,35
Coordenador	2	15,35
TOTAL	13	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

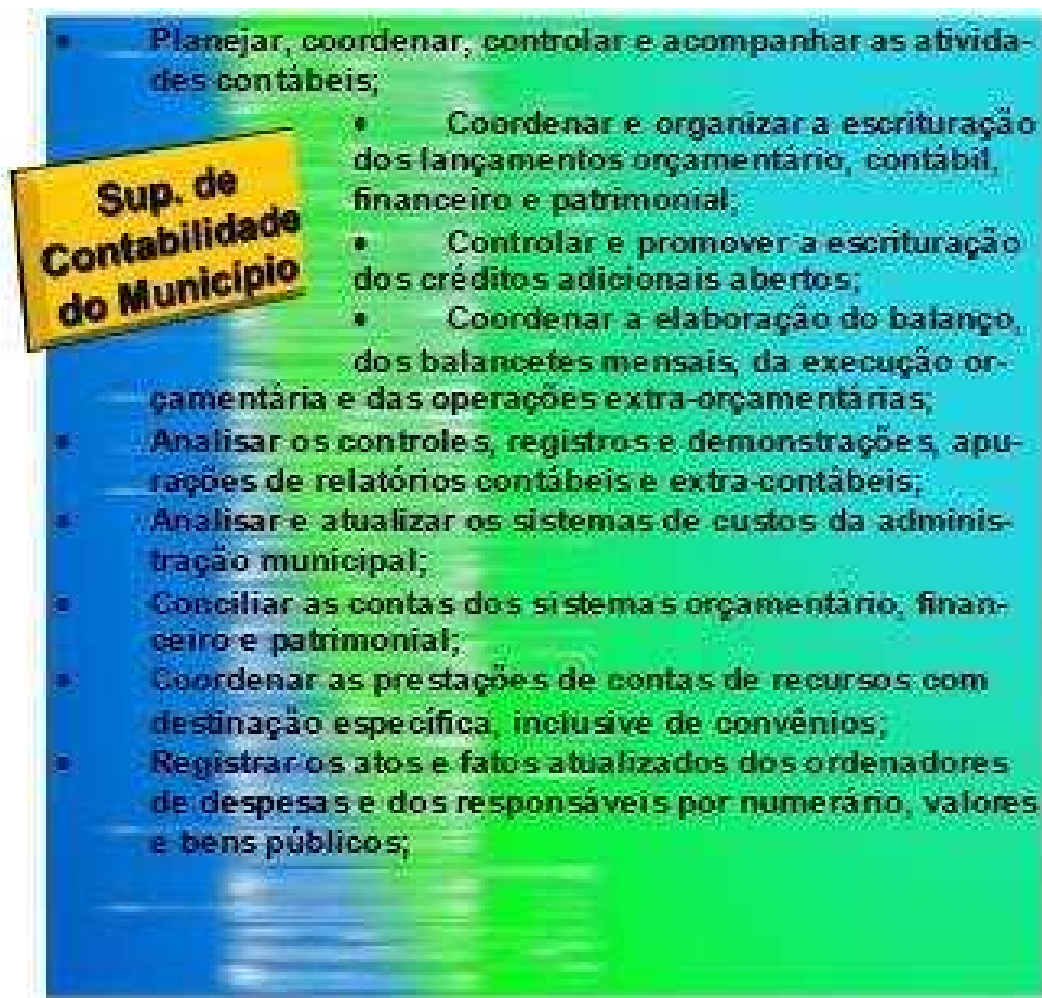
ESTRUTURA DA ÁREA DE FINANÇAS

DEO			%
Comissionado Externo	0		0,00
Estatutário	5		100,00
TOTAL	5		100

ESPECIFICAÇÃO	QT.		%
Coordenador	1		20,00
Assistente Técnico de Nível Superior	1		20,00
Agente Administrativo	3		60,00
TOTAL	5		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

Sup. de Contabilidade do Município

- Elaborar os balancetes de receitas e despesas;
- Supervisionar as atividades técnico-contábeis para atualizar os registros dos ordenadores de despesas e dos responsáveis por numerários, valores e bens públicos;
 - Contabilizar os serviços da dívida pública, juros, amortização e resgates, assim como, as participações financeiras;
 - Manter controle dos documentos de receita e despesas do sistema financeiro (extra-orçamentário), bem como dos processos pagos por cheques;
 - Encaminhar, à SUAINFO, informações relativas ao montante de cada um dos tributos arrecadados; da execução do seu orçamento existente; de receitas e despesas; balanços orçamentários para divulgação na homepage;
- Supervisionar a emissão dos relatórios exigidos pela legislação fiscal vigente;
- Acompanhar a execução dos serviços de processamento de dados, relativos à contabilidade;
- Manter controle da classificação e escrituração dos diversos órgãos.

Sup. Área de Contabilidade		QT.	%
Comissionado Externo	1	11,11	
Estatutário	8	88,89	
TOTAL	9	100	
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Superintendente	1	11,11	
Coordenador	2	22,22	
Auditor Fiscal	1	11,11	
Téc. Municipal Nível Médio - Contabilidade	1	11,11	
Agente Administrativo	3	33,33	
Assistente Técnico	1	11,11	
TOTAL	9	100	

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

Coord. Administração

- Planejar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas;
 - Fazer cumprir a legislação de pessoal (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);
 - Organizar e atualizar os assentamentos funcionais dos servidores;
 - Coordenar as ações do arquivo para melhor guarda, segurança, conservação e localização dos documentos;
- Emitir parecer sobre assuntos referentes a direitos, deveres e vantagens funcionais;
- Elaborar escala anual de férias;
- Emitir e controlar termo de responsabilidade dos bens em uso;
- Coordenar a limpeza, conservação e segurança do prédio;
- Elaborar mensalmente relatório de custos gerados por alteração da folha de pagamento da Secretaria;
- Controlar a lotação de pessoal da Secretaria;
- Controlar os certificados de garantia, fazer ficha de acompanhamento de uso dos bens; encaminhando para leilão os inservíveis;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA - UNIDADES SUBORDINADAS A SAAF

**Coord.
Administração**

- Promover o tombamento, registro analítico, fiscalizar o uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais;
 - Manter atualizado o cadastro de fornecedores e prestadores de serviços;
 - Encaminhar à SUAINFO resumos dos instrumentos de contrato e aditivos, firmados pela SEMFAZ, para divulgação na homepage;
- Supervisionar todos os equipamentos da Secretaria, zelando pela manutenção preventiva e corretiva;
- Registrar a entrada de processos, dar o primeiro despacho e encaminhar a unidade competente;
- Integrar-se com a SEPLANC para prestar apoio logístico nas atividades de treinamento;
- Encaminhar à SUAINFO resumos dos instrumentos de contrato e aditivos, firmados pela SEMFAZ, para divulgação na homepage;
- Promover campanhas de eliminação de desperdícios, melhoria do uso e manuseio dos equipamentos e materiais.

Coordenadoria de Administração			%
Comissionado Externo	4		18,18
Estatutário	18		81,82
TOTAL	22		100
ESPECIFICAÇÃO			QT.
			%
Coordenador	1		4,55
Agente Administrativo	12		54,55
Assistente Técnico	5		22,73
Assistente Nível Médio	1		4,55
Téc. Municipal Nível Médio - Contabilidade	1		4,55
Motorista	1		4,55
Vigia	1		4,55
TOTAL	22		100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO - CAD

Coordenadoria de Administração - Material			%
Comissionado Externo	0		0,00
Estatutário	6		100,00
TOTAL	6		100
ESPECIFICAÇÃO			QT.
Agente Administrativo		5	83,33
Assistente de Nível Médio		1	16,67
TOTAL		6	100

Coordenadoria de Administração - Biblioteca			%
Comissionado Externo	1		25,00
Estatutário	3		75,00
TOTAL	4		100
ESPECIFICAÇÃO			QT.
Agente Administrativo		2	50,00
Assistente Técnico		2	50,00
TOTAL		4	100

Coordenadoria de Administração - Serviços Gerais			%
Comissionado Externo	2		13,33
Estatutário	13		86,67
TOTAL	15		100
ESPECIFICAÇÃO			QT.
Agente Administrativo		2	13,33
Assistente Técnico		1	6,67
Secretária Executiva		1	6,67
Auxiliar de Serviços Gerais		11	73,33
TOTAL		15	100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO - CAD

Coordenadoria de Administração - Transporte			%	
Comissionado Externo	3		60,00	
Estatutário	2		40,00	
TOTAL	5		100	
ESPECIFICAÇÃO			QT.	%
Assistente Técnico	2			40,00
Assistente Técnico de Nível Superior	1			20,00
Motorista	2			40,00
TOTAL	5			100

Coordenadoria de Administração - Arquivo			%	
Comissionado Externo	1		20,00	
Estatutário	4		80,00	
TOTAL	5		100	
ESPECIFICAÇÃO			QT.	%
Agente Administrativo	4			80,00
Assistente de Nível Médio	1			20,00
TOTAL	5			100

Coordenadoria de Administração - Recepção			%	
Comissionado Externo	2		33,33	
Estatutário	4		66,67	
TOTAL	6		100	
ESPECIFICAÇÃO			QT.	%
Agente Administrativo	3			50,00
Secretária Executiva	2			33,33
Auxiliar de Serviços Gerais	1			16,67
TOTAL	6			100

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

LOTACIONOGRAMA DAS ATIVIDADES SUBORDINADAS AO CAD

Comissão de Formaliz. de Processo Licitatório			%
Comissionado Externo	0		0,00
Estatutário	3		100,00
TOTAL	3		100
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Assistente Técnico	1		33,33
Agente Administrativo	2		66,67
TOTAL	3		100

Serviços Cedidos			%
Comissionado Externo	0		0,00
Estatutário	2		100,00
TOTAL	2		100
ESPECIFICAÇÃO		QT.	%
Auditor Fiscal	2		100,00
TOTAL	2		100

2. GESTÃO FINANCEIRA - RECEITAS 2013

Análise das Receitas Municipais do exercício 2013, com uso de dados de janeiro a dezembro contabilmente consolidados no Sistema Integrado de Orçamento Público – SIOP/GIAP da Prefeitura de São Luís e da Lei Orçamentária Anual – LOA 2013.

Apresentam-se informações técnicas distribuídas entre comentários, tabelas e gráficos sobre Realização do Orçamento Anual, Comparativo Bienal, Ranking das Principais Receitas e Evidenciação da Dependência Financeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

2. GESTÃO FINANCEIRA - Receitas 2013

2.1. Realização do Orçamento

Verificação do percentual de ingresso das receitas até o período em análise, considerando o valor total previsto para o exercício e a meta linear de realização proporcional para cada classe, grupo, subgrupo ou rubrica.

- **RECEITA TOTAL**

Ao final de 2013 ingressaram R\$ 2,089 bilhões (83%) do total de R\$ 2,530 bilhões da Receita Municipal orçada para todo o ano. As Receitas de Capital registraram somente 2% do total de R\$ 318 milhões previsto para o exercício em Operações de Crédito e Transferências de Capital, o que significa pouco mais de R\$ 6,3 milhões. Observa-se que as operações de crédito (financiamentos/empréstimos), alienações (venda de terrenos) e transferências de capital não se concretizaram de forma regular. Já as Receitas Correntes registraram 94% (R\$ 2,173 bilhões) de realização orçamentária no período em análise e, dada sua composição mais complexa, são comentadas mais detalhadamente a seguir.

- **RECEITAS CORRENTES**

Em 2013, as subclasses de Receitas Correntes registraram percentuais de realização diversificados. O destaque ficou para a Receita de Contribuições, que já ultrapassaram o previsto para todo o ano, alcançando 107% de realização. As Transferências, com 99% de realização, também obtiveram desempenho de destaque. As demais subclasses de receitas correntes registraram os seguintes percentuais de realização: Tributária e Outras Receitas Correntes (82%, cada), Patrimonial (57%) e Serviços (38%).

- **RECEITA TRIBUTÁRIA**

Na Receita Tributária, os Impostos alcançaram quase 83% (R\$ 498 milhões) do total orçado para 2013 (R\$ 603 milhões). A proporção em que o IRRF se realizou foi de 88%, cabendo ressaltar que, embora classificada entre as receitas tributárias, esta receita é, originalmente, uma transferência constitucional. O ITBI atingiu 96% (R\$ 22,4 milhões) da previsão anual. O IPTU alcançou o percentual de 87,4% (R\$ 44 milhões) dos R\$ 50,2 milhões previstos em orçamento. Importante ressaltar que esta última se trata de uma receita sazonal, cuja arrecadação se concentra mais no primeiro semestre em virtude do mês de vencimento da cota única ou primeira parcela do tributo, que, neste ano, ocorreu ao final de maio. O ISSQN alcançou realização de 81% (R\$ 389 milhões) dos mais de R\$ 480 milhões previstos para o ano.

Dentre as Taxas, a Licença para Funcionamento (Alvará expedido pela SEMFAZ), que é a mais significativa em valores absolutos (representou 50% do total da categoria), registrou realização de 68% (R\$ 7,2 milhões) do previsto em orçamento. O pico de arrecadação do tributo ocorreu no seu vencimento anual, que é o mês de março.

- **RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**

As Contribuições Sociais, representadas pelos recolhimentos do servidor municipal ao regime próprio de previdência social (RPPS), registraram 95% (R\$ 64 milhões) de realização do orçamento de 2013. Registre-se que houve um ingresso atípico em janeiro de receitas competentes a dezembro do ano anterior. A Contribuição de Iluminação Pública – CIP, já registrou mais de 120% de realização dos recursos previstos em orçamento no total de R\$ 70 milhões. Tratando-se de uma receita de repasse mensal regular, causou espécie o percentual acima da meta linear, mas sabe-se que isto ocorreu em função da contabilização, em janeiro de 2013, de parte dos recursos competentes a dezembro de 2012. Ressalte-se, também, que esta é uma receita vinculada exclusivamente aos gastos com o sistema de iluminação pública do município, administrado pelo Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUMIP.

- **RECEITA PATRIMONIAL**

Na Receita Patrimonial, a de Valores Imobiliários (Foros, Laudêmos e Aluguéis) registrou 118% de realização do orçamento de 2013. A receita patrimonial de Valores Mobiliários (remuneração de depósitos bancário e rendimentos de investimentos) alcançou somente 56% de realização do total previsto para o ano.

- **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Considerando as subclasses de Receitas Transferidas quanto à realização do orçamento, observou-se que as Transferências Federais registraram pouco mais de 100% (R\$ 726 milhões) do total de R\$ 725 milhões orçado para o exercício. As Transferências do Estado alcançaram o percentual de 94% (R\$ 470 milhões) de realização do valor (R\$ 499 milhões) previsto para o ano de 2013. As Transferências Multigovernamentais – FUNDEB registraram quase 112% de realização, que é a média da realização dos recursos que as compõem: Valor principal do fundo (121%) e a complementação da União (102%). As Transferências de Convênios, cuja

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

realização é normalmente irregular e depende das definições específicas de cada instrumento conveniente, registraram 17% (R\$ 2,2 milhões) do valor previsto (R\$ 13 milhões) para todo o ano de 2013.

Dentre as principais Transferências da União, observou-se que a cota-parte do FPM registrou 95% (R\$ 381 milhões) de realização de toda a expectativa para esta receita no exercício (R\$ 402 milhões), devendo-se atentar para os efeitos das ações do governo central para estímulo ao crescimento econômico por meio da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que compõe a base de cálculo desta transferência juntamente com o Imposto de Renda. Os recursos do SUS realizaram 104% (R\$ 292 milhões) do orçamento de 2013 para este subgrupo de receita, que era de R\$ 280 milhões. Os recursos provenientes dos fundos nacionais de Assistência Social (FNAS) e de Desenvolvimento da Educação (FNDE) alcançaram realização de 130% e 104%, respectivamente. O ICMS-Desoneração se realizou de forma acumulada em abril e significou 89% da previsão anual, e o FEP, relacionado aos Royalties do Petróleo, em voga no cenário nacional, também chegou a 89% de realização da estimativa oficial para o ano de 2013.

Nas Transferências do Estado, a principal delas - a cota-parte do ICMS - realizou-se na ordem de 97% (R\$ 396 milhões). A cota-parte do IPVA alcançou realização de 84% (R\$ 67 milhões) do que foi previsto para o ano de 2013 (R\$ 80 milhões). Esta receita é de arrecadação sazonal – maior parte concentrada no primeiro quadrimestre, em razão do vencimento do tributo, que é definido pelo Estado do Maranhão, e merece atenção quanto aos reflexos que possa estar receber dos benefícios fiscais para o setor automotivo, em decorrência da política econômica nacional, que tem conferido isenções de impostos para indústrias. A cota-parte do IPI-Exp realizou 93% (R\$ 4,2 milhões) do total orçado para o exercício. Tal recurso tem registrado histórica redução nos últimos anos, sobretudo pelos reflexos dos incentivos fiscais para o setor automotivo e produtos da linha branca (indústrias, comércio e serviços).

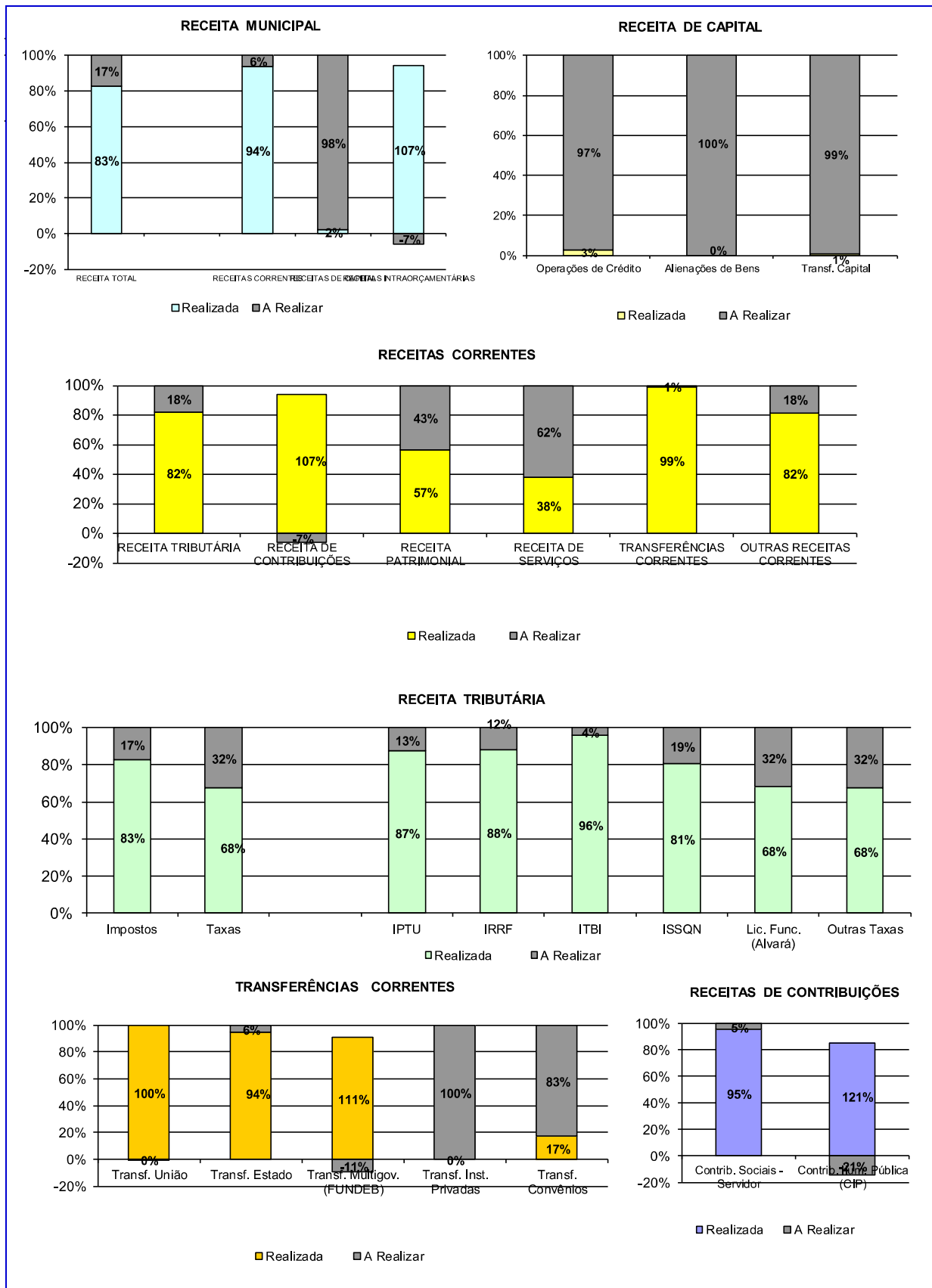
Importante registrar a importância das cotas-partes do FPM e do ICMS, que são recursos ordinários, isto é, à disposição dos gestores públicos sem vínculos a despesas específicas, conferindo maior versatilidade em sua utilização na gestão financeira da Administração pública municipal. Ao contrário do SUS e do FUNDEB, que são exemplos de recursos vinculados a despesas, no caso, à função saúde e educação, respectivamente.

- **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

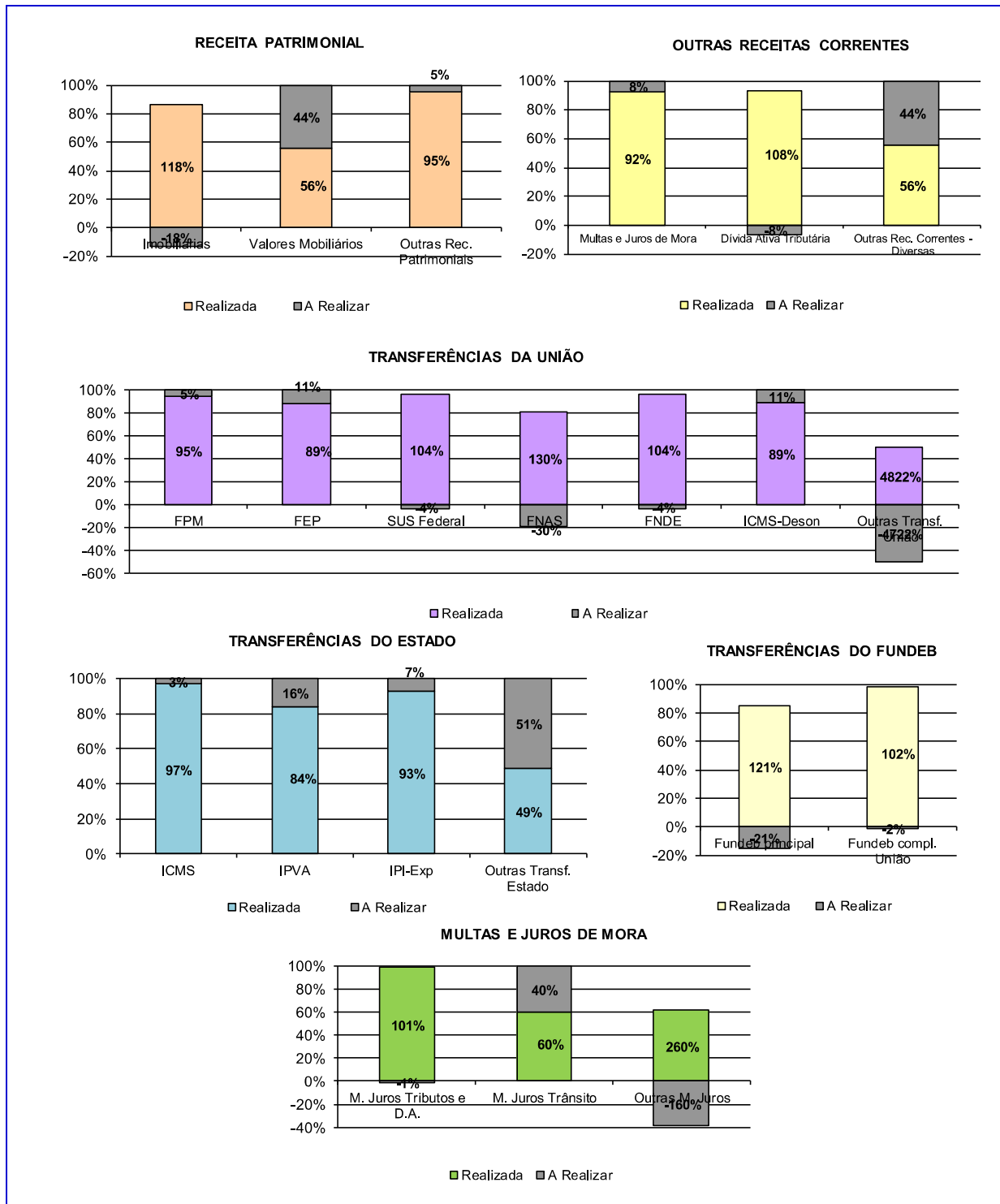
As Multas e Juros de Mora, cuja maioria das fontes tem realização irregular ao longo do ano, alcançaram realização de 92% (R\$ 21,2 milhões) no período em análise, considerando o total (R\$ 23 milhões) previsto para o exercício de 2013. Destacando-se as Multas de Trânsito, que correspondem a 30% deste grupo de receitas e ingressou na ordem de 60% (R\$ 6,3 milhões) da estimativa anual de R\$ 10,5 milhões. Já a Dívida Ativa, com 107% de realização, ficou além do previsto para o período em função de ações voltadas para a recuperação de créditos fiscais.

A seguir, gráficos demonstrativos da realização da receita X orçamento anual:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

2.2. Comparativo Bienal

Resultado real da comparação entre os valores atualizados de iguais períodos do ano atual e do anterior.

- **RECEITA TOTAL**

A comparação do total das Receitas Municipais arrecadadas em 2013 (R\$ 2,153 bilhões) com as de 2012 (R\$ 2,132 bilhões), considerada a inflação, resultou num crescimento de 1%, ou R\$ 21,8 milhões a mais para os cofres públicos. Para esta mesma comparação, o resultado das Receitas Correntes foi de 1,2%, significando um acréscimo de R\$ 27 milhões. A Receita de Capital registrou 82% de decréscimo. As Receitas Intraorçamentárias, registraram acréscimo real de 42%, ou R\$ 24 milhões, em virtude, por exemplo, do cômputo de receitas referentes ao parcelamento de débito do regime próprio de previdência social.

- **RECEITAS CORRENTES**

A Receita Tributária registrou decréscimo real de -4,5%, ou -R\$ 25 milhões, se comparados os números da arrecadação de 2013 e 2012, descontada a inflação. As Receitas de Contribuições operaram acréscimo real de 29%, ou mais de R\$ 31 milhões. A Receita Patrimonial decresceu quase -35%, que corresponderam a -R\$ 10 milhões de redução. As Receitas de Serviços registraram -56% de decréscimo real, ou -R\$ 95 mil de perdas. As Transferências Correntes registraram crescimento real de 0,9%, ou cerca de R\$ 13 milhões de aumento. As Outras Receitas Correntes operaram aumento real acima de R\$ 17 milhões atualizados (34%).

- **RECEITA TRIBUTÁRIA**

O IPTU, numa comparação entre 2013 e 2012, registrou acréscimo real de 6%, ou R\$ 2,6 milhões de incremento. O vencimento da cota única ou primeira parcela, que normalmente marcam o pico de arrecadação do imposto, ocorreu ao final de maio, com repercussões em junho. Em 2012, o pico foi em abril com repercussões em maio. O IRRF apresentou incremento de 3%, totalizando R\$ 1,3 milhão de acréscimo, devendo-se ressaltar que houve folha de antecipação de 13º salário em maio e acúmulo de férias na folha em junho. O ITBI registrou o maior incremento entre os impostos: 14%, ou R\$ 2,9 milhões. E o ISSQN, que é o principal tributo e a principal fonte individual de receita em valores absolutos, registrou arrecadação total de R\$ 401 milhões em 2013, contra R\$ 433 milhões em 2012, significando decréscimo real de -7%, ou quase -R\$ 32 milhões de redução, numa sinalização de menor ocorrência de serviços no município, especialmente as contratações de grandes empresas relacionadas às atividades de mineração e energia.

Em relação às Taxas, a arrecadação de 2013 foi de quase R\$ 15 milhões, equivalendo a um resultado (4,3%), já que, em 2012, a arrecadação do mesmo período foi de R\$ 14,2 milhões. O desempenho do Alvará, que é a taxa mais relevante em valores absolutos, foi responsável pela positivação das taxas, já que alcançou um incremento real superior a 10%, ou mais de R\$ 700 mil atualizados, de um total de R\$ 7,5 milhões ingressos.

- **RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES**

As Contribuições Sociais registraram acréscimo de 33%, ou R\$ 16,5 milhões, na comparação entre 2013 e 2012, alcançando uma arrecadação total superior a R\$ 66 milhões, diferença que pode ser explicada pelos incrementos em folha causados pela concessão de férias, reajuste de vencimentos e antecipação de créditos como o 13º salário e, claro, do cômputo de receitas competentes a de 2012 nos balancetes de 2013. No mesmo período, a CIP obteve resultado positivo de 25%, ou R\$ 14,5 milhões, totalizando mais de R\$ 72 milhões em 2013. Neste caso, a explicação gira em torno do ingresso de receitas competentes ao ano de 2012 e de eventos que influenciaram a arrecadação como o aumento das tarifas de energia elétrica e o aumento da rede de energia pela expansão imobiliária do município.

- **RECEITA PATRIMONIAL**

O decréscimo real de -35% verificado no grupo se deve ao desempenho negativo das receitas patrimoniais de Valores Mobiliários, que é o subgrupo mais relevante em valores absolutos. O valor arrecadado em 2013 foi de R\$ 19,5 milhões. O resultado pode indicar maior rotatividade do fluxo financeiro do tesouro municipal em virtude de maior necessidade de dispêndio de recursos sem longo período de aplicação.

- **TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Entre as Transferências Federais, o FPM registrou resultado tecnicamente nulo com ligeira tendência a positivo (0,9%), ou R\$ 3,5 milhões, se comparado o montante ingresso em 2013 (R\$ 393 milhões) com o de 2012 (R\$ 389 milhões). As medidas do governo central de estímulo à economia são a principal causa desta receita não ter um desempenho maior, haja vista afetarem diretamente o IPI, uma das duas colunas do fundo. Os repasses do SUS, que totalizaram R\$ 301 milhões em 2013, registraram aumento real: 11%, ou mais de R\$ 30 milhões, se comparados à arrecadação (R\$ 271 milhões) do ano de 2012. Os repasses do FNAS obtiveram acréscimo

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

real de 15%, ou R\$ 1,8 milhão, já que ingressaram quase R\$ 14 milhões em 2013 contra R\$ 12 milhões de 2012. Com o total de R\$ 23,6 milhões, os recursos do FNDE reduziram -14%, significando perda de R\$ 3,8 milhões em 2013, relativamente a 2012. A cota-parte do ICMS-Desoneração (Lei Kandir) confirmou a tendência de redução sistemática dos últimos anos, apresentando -12% de redução, já que acumulou o valor de R\$ 3,6 milhões em 2012 e R\$ 3,2 milhões em 2013.

No bojo das Transferências Estaduais, a cota-parte do ICMS obteve ingressos de R\$ 408 milhões arrecadados em 2013 e registrou resultado real tecnicamente nulo em relação a 2012 (R\$ 407 milhões), alcançando 0,3% de incremento, ou quase R\$ 1,4 milhão, não obstante a redução sistemática do índice de participação do município de São Luís na arrecadação estadual do tributo. Comparativamente a 2012, o repasse do IPVA respondeu positivamente com 4% de ganho real, equivalente a R\$ 2,6 milhões dos quase R\$ 70 milhões arrecadados até o final do quinto bimestre de 2013, provavelmente por reflexos dos pacotes econômicos que aqueceram o setor automobilístico do mercado nacional, a exemplo da redução na alíquota do IPI – que chegou a zero em alguns casos - para a indústria de veículos automotores.

As Transferências do FUNDEB, com um total de ingressos de R\$ 250 milhões no período, tiveram decréscimo real de -5%, ou -R\$ 14 milhões, em 2013 relativamente a 2012. A Complementação da União teve resultado negativo de -8%, ou -R\$ 10 milhões. O valor principal também registrou decréscimo de -3%, ou o equivalente a -R\$ 3,8 milhões. Cabendo registrar que os valores do fundo competentes a 2013 que ingressaram em janeiro de 2014 foram contabilizados sob o regime de caixa, isto é, como receitas do exercício quando ocorreu o crédito do recurso.

Ainda em relação ao FUNDEB, em 2013, o município de São Luís descontou para o fundo um total de quase R\$ 167 milhões das receitas pertinentes e recebeu de volta apenas R\$ 134 milhões de valor principal, significando R\$ 33 milhões, ou 25%, de contribuição efetiva com este fundo no Estado do Maranhão. Somada a complementação da União, tem-se o saldo positivo em favor da Educação pública do município de São Luís na ordem de R\$ 75 milhões, ou 31%.

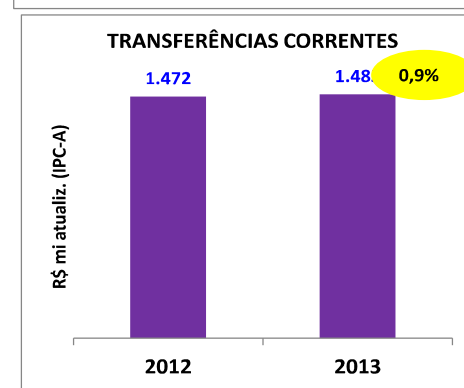
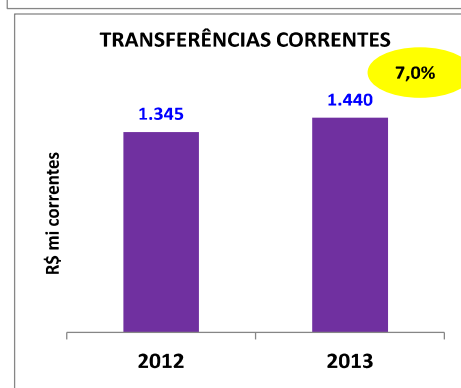
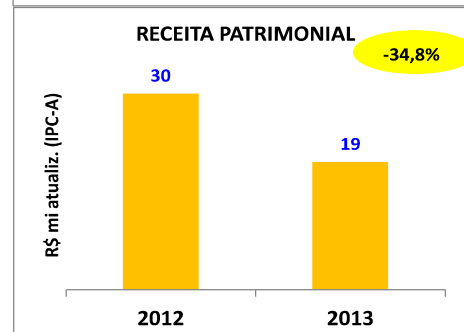
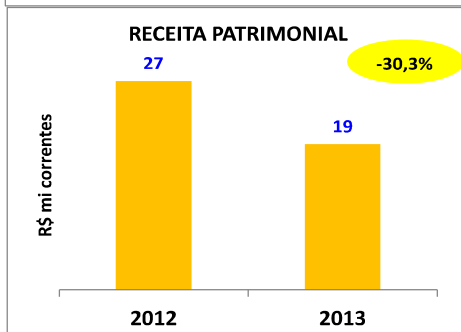
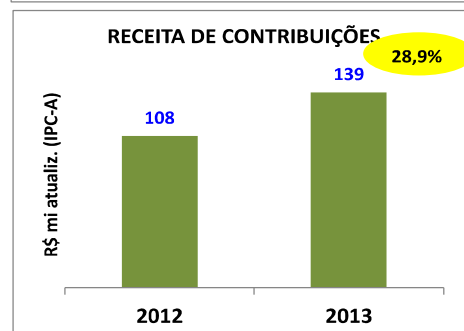
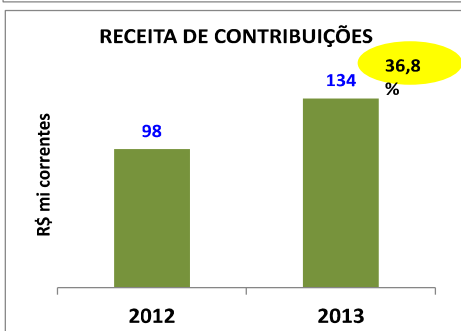
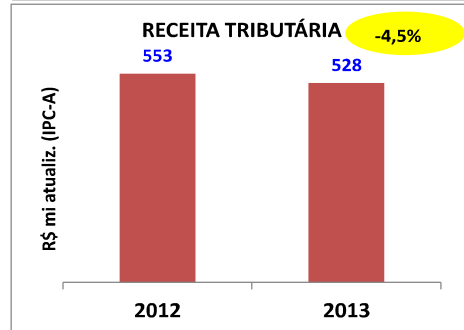
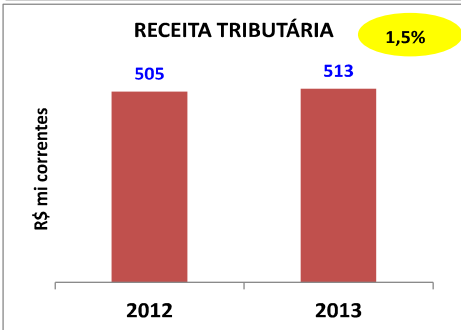
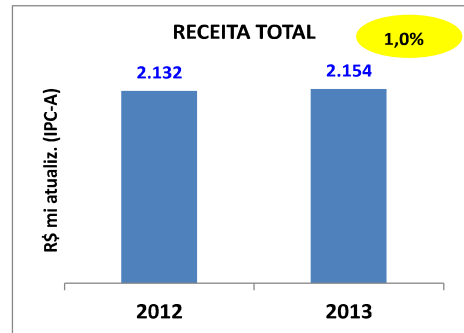
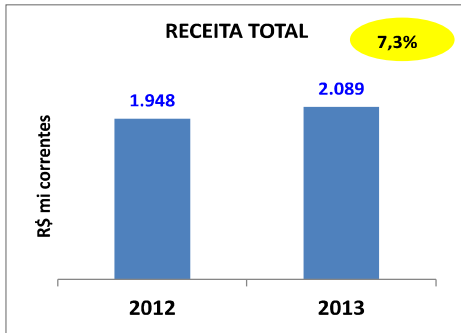
As Transferências de Convênios tiveram -82% de decréscimo real, o que compreendeu -R\$ 10 milhões, devidos totalmente aos convênios federais.

- **OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

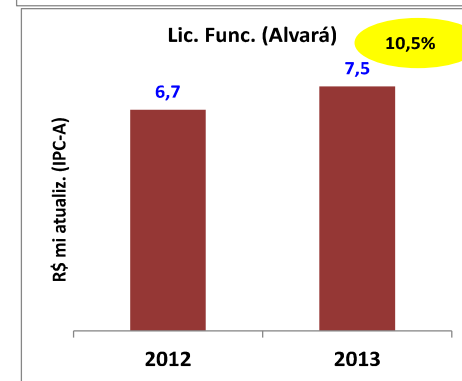
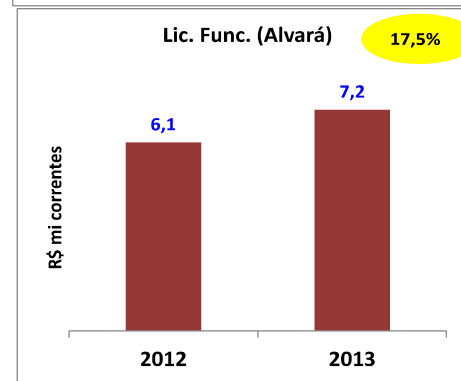
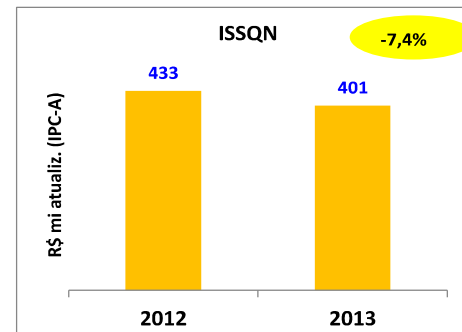
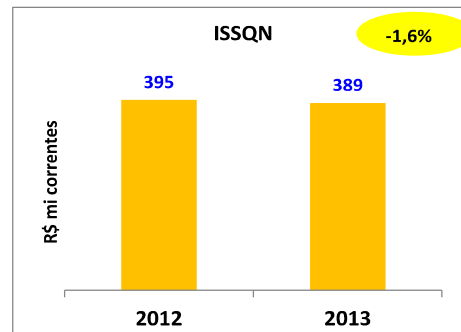
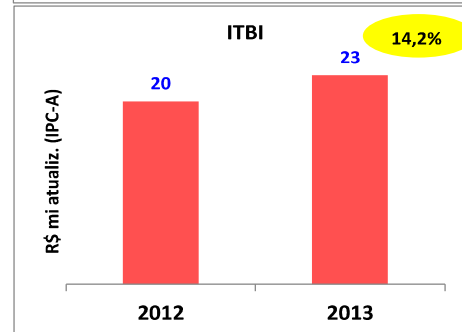
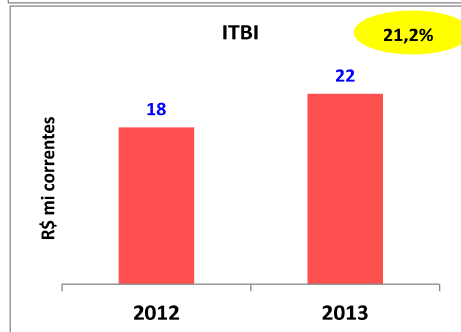
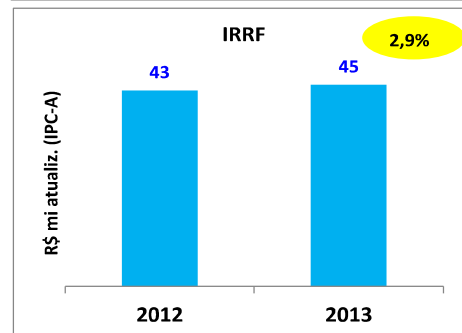
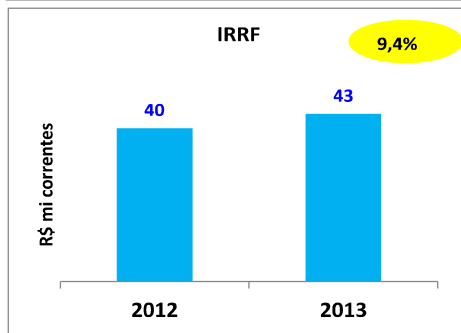
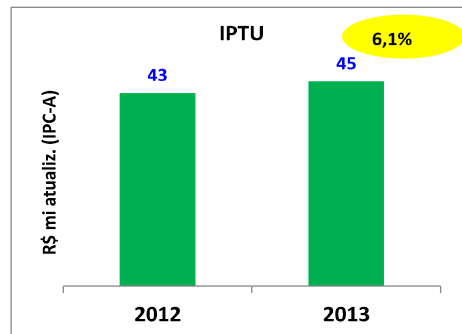
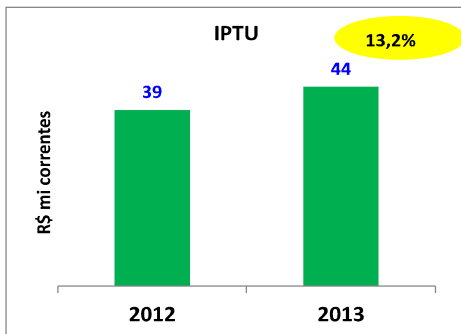
As Multas e Juros de Mora auferiram 0,8%, ou R\$ 168 mil, de acréscimo real, com influência do programa de recuperação de créditos fiscais implementado pela SEMFAZ, cujo principal incentivo fiscal é justamente a dispensa – que chega a 100%, de tais encargos. Por sua vez, com reflexos do efeito estimulante do mesmo programa, a Dívida Ativa, com uma arrecadação de R\$ 27 milhões, obteve aumento real de 93%, ou R\$ 13 milhões, influenciando sobremaneira o resultado de crescimento do total desta classe de receita, que acumulou mais de R\$ 68 milhões em 2013.

A seguir, gráficos comparativos 2013 X 2012, em valores nominais e valores reais:

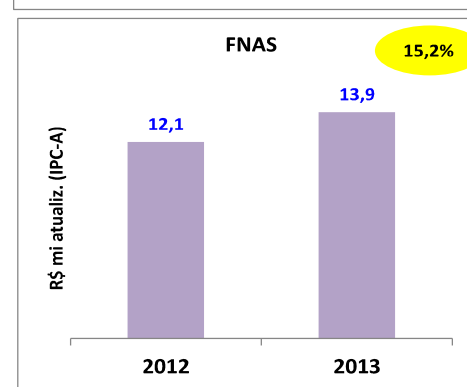
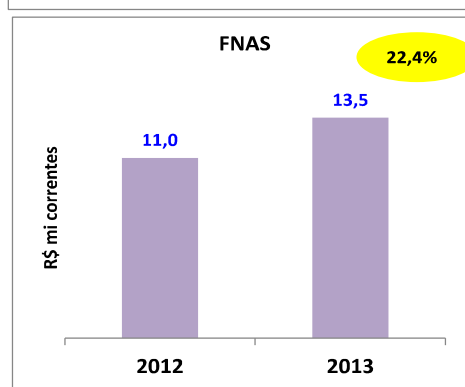
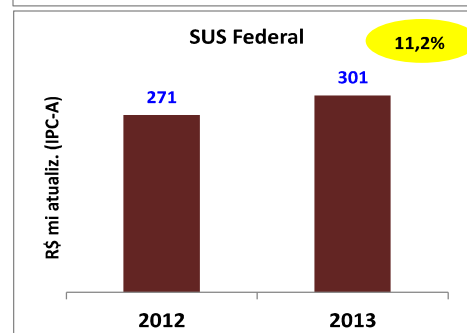
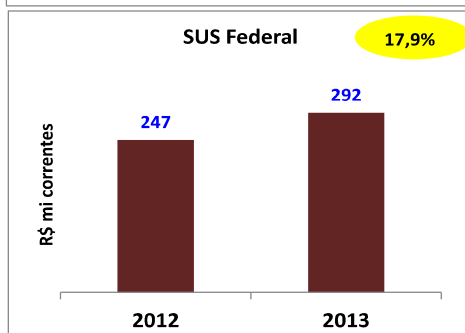
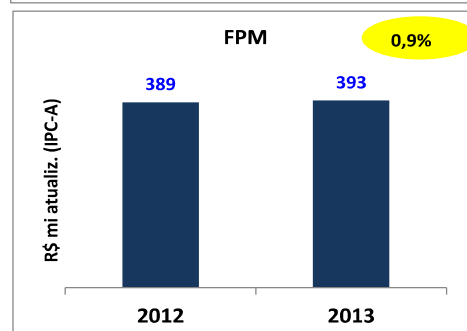
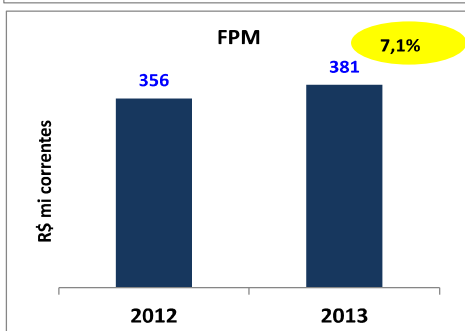
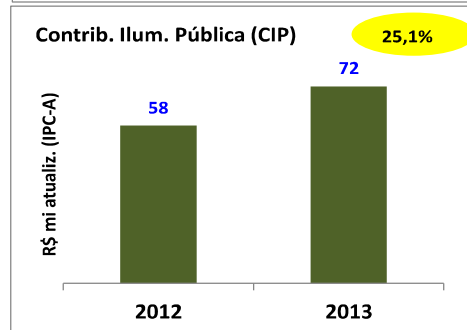
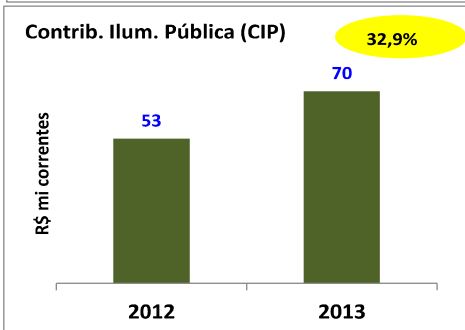
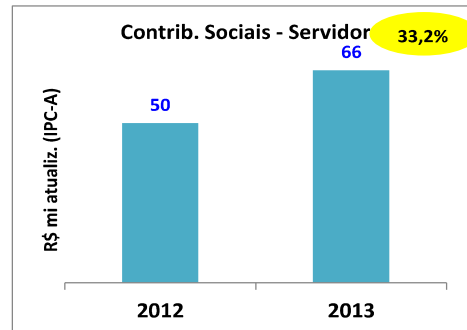
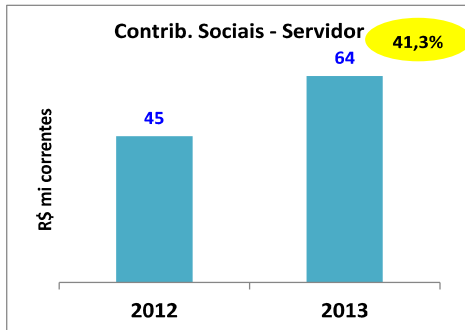
RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



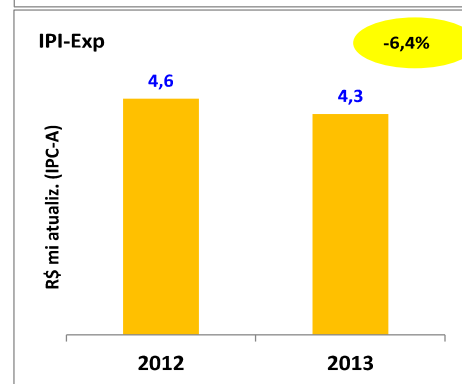
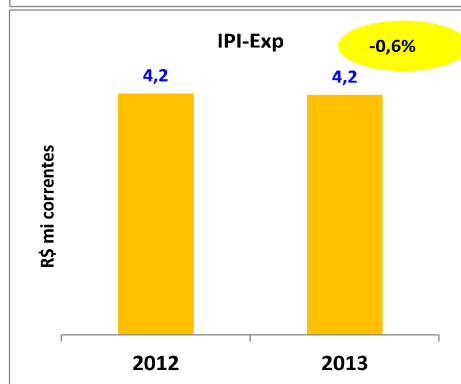
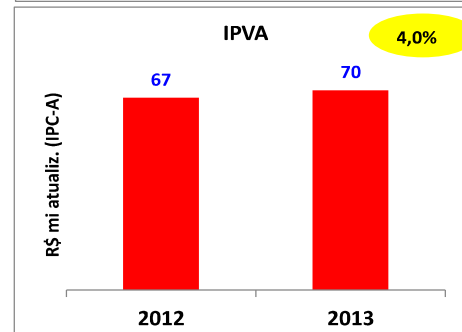
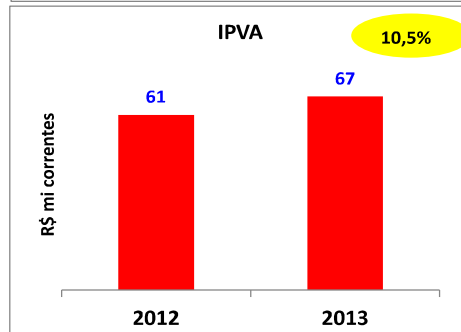
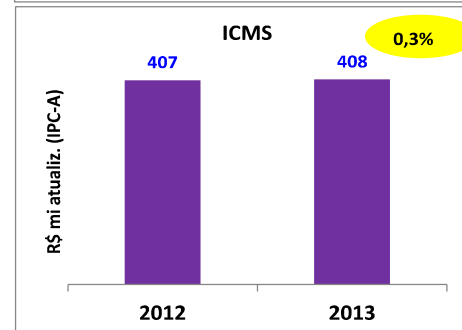
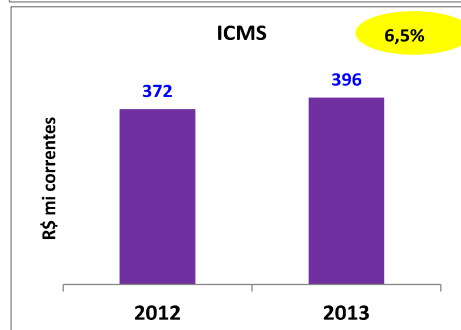
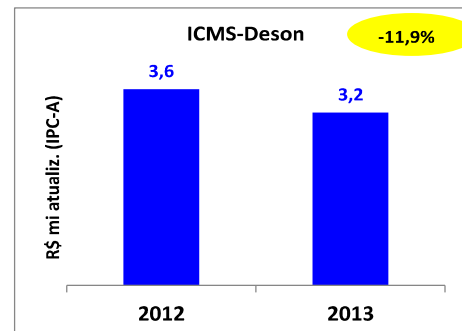
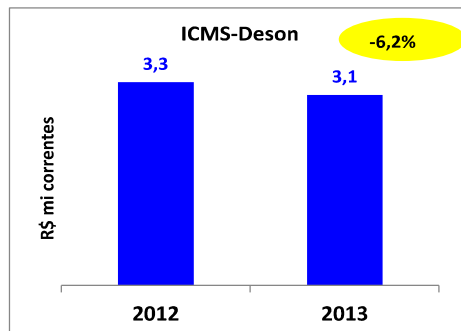
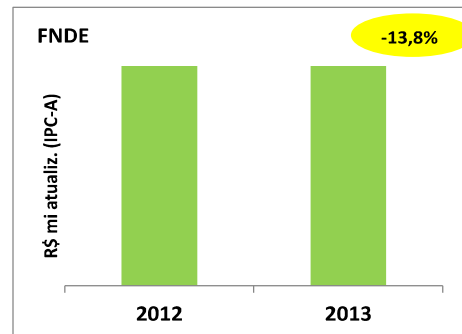
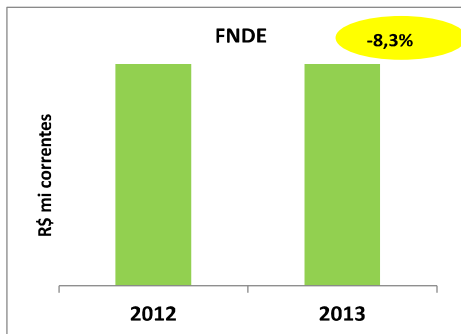
RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



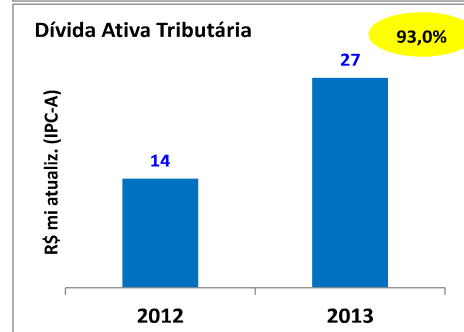
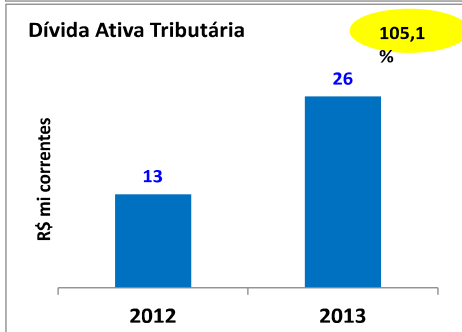
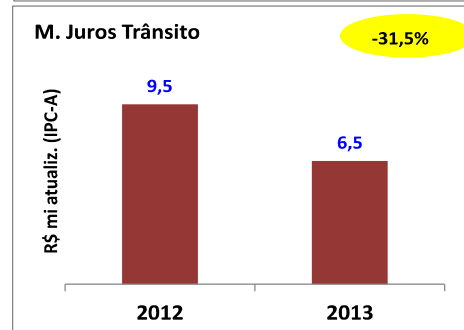
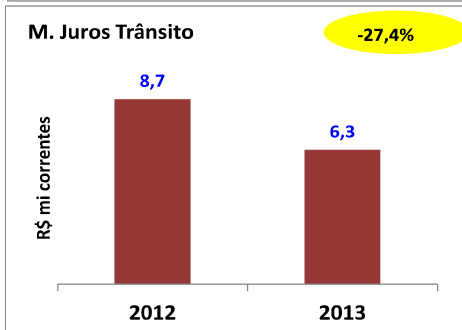
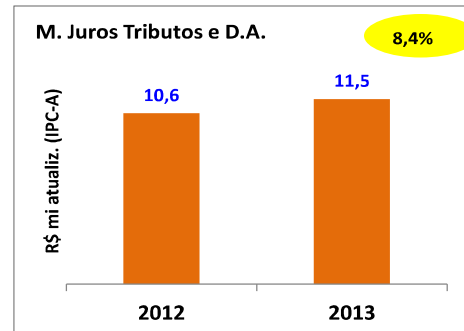
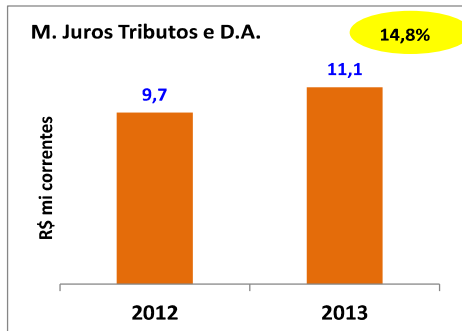
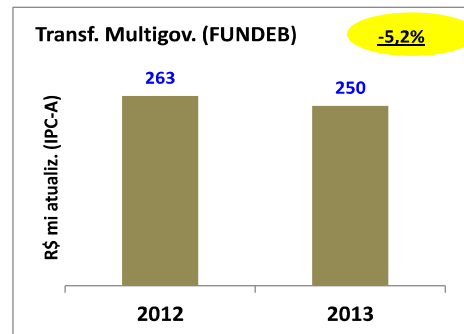
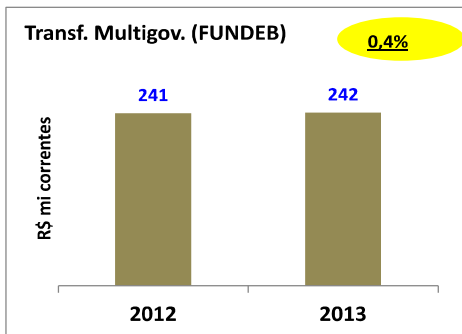
RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

2.3. RANKING

Verificação das posições das receitas em ordem decrescente de representatividade com descrição do pódio até a 10ª posição, considerando o valor acumulado da Receita Total até o período em análise.

• CLASSES

Entre as classes de receita, as Transferências Correntes ficaram em 1º lugar, com 61% de representatividade. Na 2ª colocação, veio a Receita Tributária, com expressividade de 24,5%. O 3º lugar do pódio, com 6,4%, foi ocupado pela Receita de Contribuições.

• SUBCLASSES

Considerando as subclasses de receita, o 1º lugar ficou com as Transferências da União, que alcançaram 31% de todas as receitas municipais. Em 2º, vieram os Impostos, com 24% de representatividade de todos os recursos municipais. A 3ª posição foi ocupada pelas Transferências do Estado, que foram responsáveis por 18% das receitas.

• RUBRICAS

No ranking das fontes individuais de receitas com maior representatividade/volume financeiro, constatou-se que o ISSQN, com 19%, ficou em 1º lugar. Em 2º, com 15%, ficou a cota-parte do ICMS. Em seguida, na 3ª colocação, veio o repasse do FPM (14,7%) e, em 4º, a do SUS (14%).

O valor principal do Fundeb ficou em 5º lugar, com 6,4%. A Complementação da União para o Fundeb assumiu o 6º lugar com 5,2%. As Contribuições Sociais - Patronal, em 7º lugar, representaram 3,7% de toda a receita municipal. Com 3,4% de representatividade, a CIP demarcou o 8º lugar. As Contribuições Sociais - Servidor ficaram em 9º lugar no ranking (3,1%), e, por fim, em 10º lugar, o IPVA ficou com 2,6%. Estas 10 receitas do ranking responderam por 87% de todas as receitas do município ingressas em 2013. Na mesma posição do ano anterior, corresponderam a 85,5%.

A seguir, tabelas com os rankings das receitas:

Ranking da Receita Total - Grupos

Posição	Descrição	Percentual	
		2012	2013
1	RECEITAS CORRENTES	95,7	96,0
2	RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2,6	3,7
3	RECEITAS DE CAPITAL	1,6	0,3
TOTAL		100,0	100,0

Ranking da Receita Total - Classes

Posição	Descrição	Percentual	
		2012	2013
1	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61,0	60,9
2	RECEITA TRIBUTÁRIA	25,9	24,5
3	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5,0	6,4
4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2,4	3,2
5	RECEITA PATRIMONIAL	1,3	0,9
6	RECEITA DE SERVIÇOS	0,0	0,0
TOTAL		95,7	96,0

Ranking da Receita Total - Subclasses

Posição	Descrição	Percentual	
		2012	2013
1	Transf. União	29,9	31,2
2	Impostos	25,3	23,8
3	Transf. Estado	18,2	18,0
4	Transf. Multigov. (FUNDEB)	12,4	11,6
5	Dívida Ativa Tributária	0,7	1,3
6	Multas e Juros de Mora	1,0	1,0
7	Outras Rec. Correntes - Diversas	0,7	0,9
8	Taxas	0,7	0,7
9	Operações de Crédito	1,6	0,3
10	Transf. Convênios	0,6	0,1
TOTAL		90,9	88,9

Ranking da Receita Total - Rubricas

Posição	Descrição	Percentual	
		2012	2013
1	ISSQN	20,3	18,6
2	ICMS	15,3	15,2
3	FPM	14,7	14,7
4	SUS Federal	12,7	14,0
5	Fundeb principal	6,7	6,4
6	Fundeb compl. União	5,7	5,2
7	Contrib. Sociais - Patronal	2,6	3,7
8	Contrib. Ilum. Pública (CIP)	2,7	3,4
9	Contrib. Sociais - Servidor	2,3	3,1
10	IPVA	2,5	2,6
TOTAL		85,5	86,8

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

2.4. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Verificação da relação entre os recursos próprios e os recursos provenientes de transferências e do comportamento dos ingressos durante o período em análise.

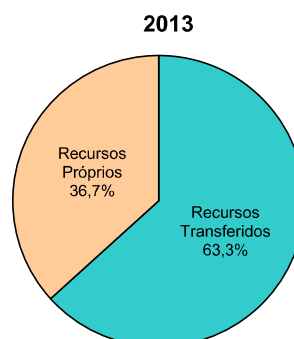
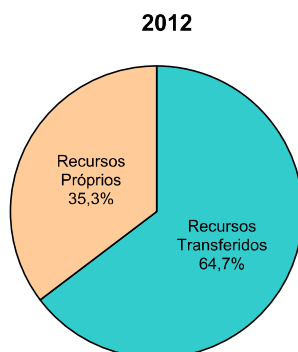
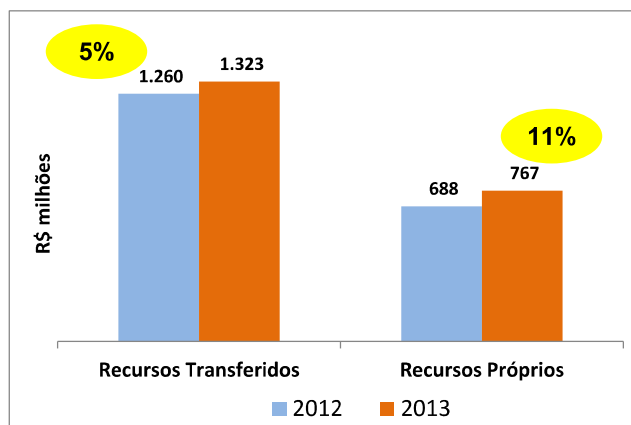
Os Recursos Transferidos, em valores absolutos, comparados os valores acumulados de 2013 (R\$ 1,323 bilhão) com os de 2012 (R\$ 1,260 bilhão), resultaram em um acréscimo de 5%, ou R\$ 62,5 milhões. Por outro lado, as Receitas Próprias totalizaram R\$ 767 milhões em 2013, significando 11% de incremento, ou R\$ 79 milhões, acima do valor arrecadado em 2012 em igual período, que foi de R\$ 688 milhões.

Agrupando-se as Receitas Próprias, isto é, as receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, dentre outras, e separando-as dos demais recursos, observa-se ligeiro crescimento (1,4 p.p.) de sua representatividade entre os exercícios de 2012 e 2013, passando de 35,3% para 36,7%.

Por outro lado, a participação dos demais recursos (Transferências, Convênios, Operações de Crédito entre outros), registrou ligeira redução na proporção inversa (-1,4 p.p.); ou seja, de 64,7% passaram a 63,3%.

Diante de tais resultados numéricos, fica demonstrada a redução da dependência financeira do município de São Luís em relação às transferências de recursos de outros entes da federação, refletindo as dificuldades financeiras que atingem todos os municípios brasileiros, não obstante o município tenha empreendido ações voltadas para o incremento da arrecadação de receitas próprias.

Abaixo, gráficos que demonstram o desempenho das receitas próprias e dos recursos transferidos:



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

2.5. RECEITAS QUANTO AO PROGRAMA FINALÍSTICO

Na esfera orçamentária, a Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ opera o programa Gestão Fazendária, que é integrante do Plano Plurianual – PPA 2010-2013 da Prefeitura de São Luís, considerando o objetivo atrelado aos macro-objetivos da Administração Municipal e o indicador “incremento real de arrecadação”.

O programa Gestão Fazendária é vinculado ao desempenho da arrecadação de receitas, especialmente as receitas próprias, necessárias à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

Analisando-se o comportamento das receitas municipais arrecadadas em 2013, cujos diversos aspectos e nuances foram introduzidos acima, verificou-se que, em suma, o total geral arrecadado:

- Correspondeu a 83% da previsão global para o exercício;
- Ficou aquém da meta financeira oficial, alcançando R\$ 2,089 bilhões em vez dos R\$ 2,530 bilhões estimados, ou seja, -17% de frustração (-R\$ 441 milhões);
- Computou a média mensal de R\$ 174 milhões correntes contra R\$ 162 milhões do ano anterior;
- Registrou resultado nominal (valores correntes) positivo na comparação com o exercício anterior: 7%;
- Registrou resultado real (valores atualizados) positivo em comparação ao exercício anterior: 1%; e
- Teve em sua composição: 63% de recursos transferidos e 37% de receitas próprias.

Tomando como princípio o esforço próprio do município em arrecadar seus tributos em 2013, ou seja, considerando a arrecadação de impostos e taxas, verificou-se que:

- Foi arrecadado o correspondente a 82% do valor total estimado para todo o ano;
- Ficou 18% aquém da meta financeira oficial específica do período, ou seja, acumulou R\$ 513 milhões em vez dos R\$ 625 milhões estimados;
- Alcançou a arrecadação média de R\$ 42,7 milhões/mês, em valores correntes, contra R\$ 42 milhões/mês do ano anterior.
- Registrou resultado nominal (valores correntes) positivo na comparação com o ano anterior: 1,5%;
- Registrou resultado real (valores atualizados) negativo em comparação ao exercício anterior: -4,5%; e
- Teve em sua composição: 97% de impostos e 3% de taxas.

Não obstante aos resultados acima, torna-se necessário explicar que alguns fatores e aspectos que corroboram para tais constatações:

- A estimativa de receitas, especialmente num ano que ainda se ressentiu dos efeitos da crise financeira internacional e das medidas internas na área econômica, financeira e cambial, sofre alargamento da margem de erro. Isto ocorreu, em especial, com o FPM e a CIDE, que tiveram suas bases de cálculos diretamente afetadas por medidas do Governo Central de estímulo ao crescimento econômico, que incluíram isenção total e parcial de alguns tributos como o IPI e a CIDE federal. Mesmo as medidas de compensação extraordinárias se revelaram insuficientes no exercício como é o caso dos auxílios financeiros FEX e AFM, com os quais não se pode contar no planejamento financeiro.
- Deve-se, ainda, considerar as receitas que dependem de procedimentos burocráticos de longa duração para sua captação – é o caso de convênios e operações de crédito e de receitas cuja realização é irregular – como acontece com algumas transferências. Não raro, tais receitas são estimadas por força da legislação, mas no decorrer da execução orçamentária, a realização às vezes é alterada de tal forma que desfigura sobremaneira o cenário inicial projetado, cenário que, aliás, é defasado desde a elaboração da peça orçamentária;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

- No que tange à receita prevista em orçamento, há de se destacar que o trâmite do projeto de lei orçamentária desde a sua elaboração no Poder Executivo até a sua apreciação pelo Poder Legislativo, que resultam na aprovação e sanção, é longo e imprime uma defasagem considerável às informações das receitas, que são bastante complexas.

Como se percebe, os fatos e circunstâncias em torno das receitas, especialmente dos recursos transferidos, sejam eles transferências constitucionais e legais, convênios ou operações de crédito, em sua maioria, são fonte de explicação para a frustração das metas de arrecadação total, especialmente porque são recursos que dependem mais dos esforços de outras entidades de direito público e de outras esferas de governo que do próprio município de São Luís.

Por outro lado, acerca das receitas próprias, a receita mais significativa em valores absolutos (1º lugar do ranking) é o ISSQN, um tributo de suma importância para as finanças municipais, uma vez que, apesar da queda na arrecadação, respondeu sozinho por 19% de toda a receita do município arrecada em 2013. Para os anos seguintes, o ISSQN e outras receitas tributárias apresentam forte tendência de crescimento em função das ações da Administração voltadas ao aprimoramento do sistema tributário com um todo, compreendendo as funções de lançamento, arrecadação, fiscalização e cobrança administrativa e judicial dos tributos de competência municipal.

Ademais, para colaborar com o melhor desempenho da receita e, conseqüentemente, com o sucesso do programa Gestão Fazendária, a SEMFAZ tem implementado planos, programas, projetos e ações que visam o incremento da arrecadação própria tributária, como a atualização periódica da legislação tributária ludovicense, a intensificação das atividades de inteligência fiscal com cruzamento e análise de dados e ações direcionadas de fiscalização, investimentos em tecnologia de informação e comunicação, aprimoramento dos processos administrativos na forma de um estruturado e arrojado plano de governo da atual gestão para fazer de São Luís uma cidade cada vez melhor de se viver.

3. GESTÃO FAZENDÁRIA – AÇÕES 2013

Realizações da atual gestão da Secretaria Municipal da Fazenda voltadas à expansão da oferta de serviços públicos, investimentos sociais e à manutenção institucional do município de São Luís, o que remete à missão da SEMFAZ, que é formular e implementar políticas tributárias para garantir o equilíbrio fiscal com qualificação e transparência dos gastos públicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

3. AÇÕES DA SEMFAZ

3.1 Gestão de Qualidade

- A nova gestão aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública (**PNGP**) do Governo Federal, reimplantando, assim, a Qualidade na Secretaria Municipal da Fazenda. Para implementar práticas gerenciais com princípios e fundamentos de excelências preconizados pelo GESPÚBLICA foi constituído em 22.04.2013 o **Comitê Interno do Programa**.
- A **Logomarca** da Qualidade foi concebida com o slogan “A SEMFAZ PRIORIZANDO A QUALIDADE PARA VOCÊ”.



- Com a finalidade de promover a **desburocratização dos serviços da área de Gestão Tributária**, foi desenvolvido um projeto de Racionalização de Procedimentos, compreendendo levantamento, diagnóstico, análise, revisão e elaboração de rotinas de procedimentos. Foi designada em fevereiro/2013 uma comissão de técnicos especialistas para este estudo.
- As **instalações** dos dois prédios que abrigam a Semfaz passaram por **adequações**, contando com **ações de limpeza e pintura dos setores, realocação de setores, reformas de layout do prédio anexo para realocação de áreas, revitalização do jardim da faixa da do prédio sede e disciplinamento do uso e dos espaços** da secretaria.
- A **tecnologia da informação** recebeu ações de aprimoramento em diversos aplicativos, tais como: Sistema de Administração Fiscal (ADM FIS Web), Sistema de Produtividade Fiscal (SPF Web), Sistema Gestão ISS (DES Web).

Gestão Compartilhada

Outra política pública empreendida pela Semfaz é a gestão compartilhada, mediante a qual é incentivada a participação dos clientes contribuintes, bem como da sociedade civil organizada e entes públicos das esferas municipal, estadual e federal integrantes do relacionamento institucional da secretaria. Dentre as ações do período de janeiro a julho de 2013 podem ser destacadas as seguintes:

- Em 14.03.2013, foi realizado o **Fórum do REFAZ** com o objetivo de ampliar a arrecadação das receitas próprias. A gestão buscou participação de órgãos de representatividade da sociedade civil organizada para discutir e aprovar Anteprojeto de Lei. O conhecido Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal foi aprovado como Lei nº 5.751, de 11.06.2013.
- Debates com representantes dos **Sindicatos da Construção Civil e Pesada** para definição do percentual de dedução de material de construção a ser abatido quando do recolhimento do ISSQN.
- Os gestores da Semfaz estiveram presentes em todas as reuniões com os **sindicatos representantes dos servidores municipais** para discussão de **alternativas do pagamento da folha atrasada de dez/2012 e do aumento do salário do funcionalismo**. (10 reuniões - ação conjunta outros órgãos da Prefeitura, tais como: PGM - SEMAD-SEMED - SECOM – SEPLAN). Nessas ocasiões, a Semfaz primou pela transparência das finanças do Município, informando a todos a situação em 31.12.2012, com evidenciação dos restos a pagar (RAP), análise das receitas de 2013 e apuração dos limites da LRF, bases indispensáveis para a tomada de decisão aguardada.
- Numa ação conjunta entre Prefeitura (SEMFAZ e PGM) e **TJMA**, ficou acertado que, para o pagamento dos **precatórios** vencidos até 2012 - totalizando R\$ 42 milhões –, a Prefeitura depositaria

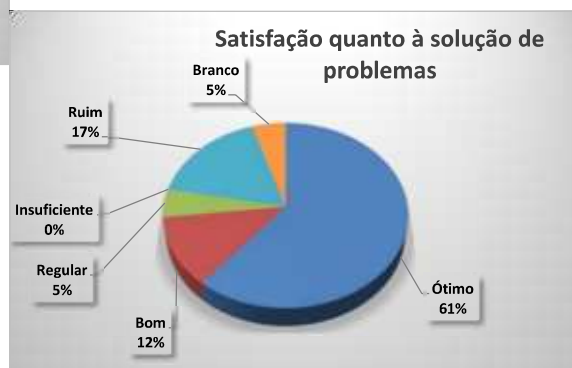
RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

R\$ 800 mil por mês, de abril a dezembro/2013 e o restante na proporção de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) ao ano. Os depósitos estão rigorosamente em dia.

- Para dar solução à dívida (R\$ 205,7 milhões) da Prefeitura para com o **INSS**, a Administração Municipal (gestão conjunta da SEMFAZ, PGM e CGM) celebrou acordo de parcelamento com a **Secretaria da Receita Federal**, cujo recolhimento será da ordem de 0,5% da RCL até a definição do real valor do débito, quando passará a ser de 1% da RCL. Em 2013, o valor mensal corresponde a aproximadamente R\$ 750 mil.

Gestão voltada à Valorização do Cliente Contribuinte

- As pesquisas de satisfação constituem uma das ferramentas para a tomada de decisão da Administração Superior da Semfaz, com vista a avaliar o grau de **satisfação dos serviços prestados** pelo órgão quanto aos padrões adotados para otimização do atendimento dispensado aos clientes contribuintes, da resolução dos problemas. Por essa razão, diariamente, são realizadas pesquisas por meio da aplicação de questionários individualizados, sendo seus resultados tabulados sistematicamente pelo Comitê Interno de Qualidade da SEMFAZ. Resultados (jul/2013): 68,3% quanto ao atendimento e 61% quanto à solução de problemas.



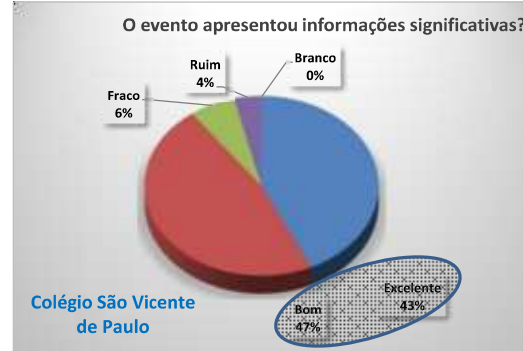
- O novo portal da Semfaz já conta com **mais serviços on line** à disposição do cliente contribuinte, a partir das demandas dos usuários e de pesquisa junto ao CRC-MA. Desde o 1º semestre, os clientes contribuintes utilizam os seguintes serviços: emissão de Guia de Recolhimento de Débitos, de Certidão de Alvará, de Certidão Negativa de Débitos, de Certidão de Regularidade Positiva com Efeito Negativo, 2ª via do IPTU e Sistema de NFS-e(Avulsa).
- Foi realizado **aprimoramento dos serviços do atendimento no setor de Protocolo**, com aumento da equipe e adequação das instalações, objetivando conferir maior celeridade ao atendimento dos clientes contribuintes.
- Desde abril, o **horário de início do atendimento** passou a ser às 8h30, o que ampliou em 1 hora e 30 minutos a entrada dos contribuintes, conforme Portaria nº 136/2013, de 09.04.2013.
- A **Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e)** passou a ter 2 dias de prazo, após sua emissão, para ser cancelada (Portaria nº 039/2013, 28.02.2013).

Benefícios	Quant.
Imunidade	224
Isenção	211
Remissão	11
Total	446

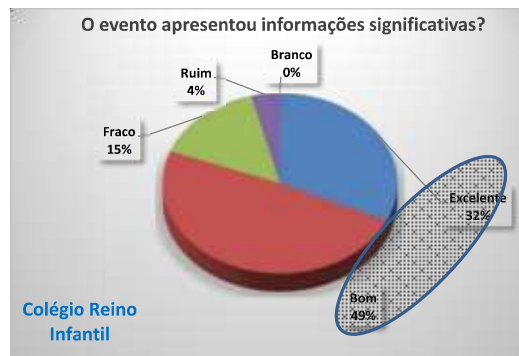
RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

- Concessão de 446 **benefícios fiscais** até o período, conforme demonstrado no quadro ao lado.
- Reimplantado o **Programa de Educação Fiscal**, através da realização de palestras em escolas de ensino médio, tendo sido realizadas quatro: uma no São Vicente de Paulo, no Batista, no Reino Infantil e no Upaon-Açu.

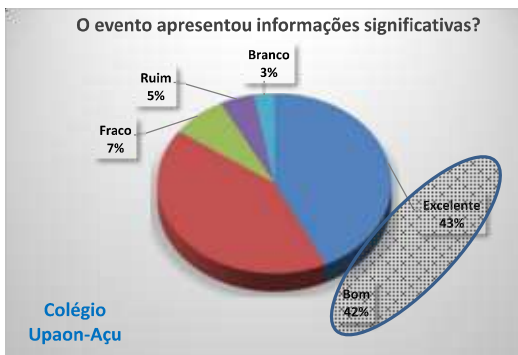
Na avaliação dos participantes do Colégio São Vicente de Paulo, 90% consideraram que a palestra apresentou informações significativas, conceituando-os como “Excelente” e “Bom”. Dos 192 alunos que participaram do evento, 79 manifestaram opinião sobre o conteúdo explanado.



350 alunos do Colégio Batista participaram do evento. Dentre eles, 111 alunos avaliaram a palestra. 60% dos opinantes atribuíram conceitos *Excelente* e *Bom* quanto às informações apresentadas.



No Colégio Reino Infantil 180 alunos assistiram à palestra de Educação Fiscal, sendo que 151 estudantes responderam ao questionário. Destes, 81% atribuíram os conceitos *Bom* e *Excelente* ao evento, no tocante a importância das informações.



No Colégio Upaon-Açu registrou-se a presença de 190 alunos no evento, dentre os quais 105 disseram que as informações foram bastante significativas e atribuíram conceitos “Excelente e Bom” perfazendo o índice de 85% de satisfação quanto ao conteúdo explanado.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

- Para a implantação do Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal – Refaz foi elaborada a **Cartilha REFAZ** com o objetivo de orientar os clientes contribuintes para adesão ao programa. Foi disponibilizada nos setores de atendimento ao contribuinte, inclusive na internet.

 **PREFEITURA DE SÃO LUÍS**
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMFAZ



SEMFAZ

CARTILHA REFAZ

LEI Nº 5.751, DE 11.06.2013



AMPARO LEGAL?

O Programa de Recuperação de Créditos Tributários da Fazenda Municipal - REFAZ - foi instituído pela Lei nº 5.751, de 11 de junho de 2013.

FINALIDADE DO REFAZ?

- ♦ Promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes.

A QUEM SE DESTINA?

- ♦ As pessoas físicas e jurídicas.

QUAIS OS DÉBITOS A REGULARIZAR?

- ♦ Débitos relativos a tributos municipais constituídos ou não, inscritos ou não na dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

QUAL É O PERÍODO?

- ♦ Desde que o débito tenha sido apurado ou consolidado até 11.06.2013.

COMO ADERIR AO REFAZ?

O pedido de adesão será formal, mediante assinatura do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento.

- ♦ Para Pessoa Jurídica o Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento deve ser assinado pelo Sócio-Gerente ou por procurador com poderes especiais para transigir.

QUAIS OS DOCUMENTOS A ANEXAR?

Pessoas Jurídicas:

- ♦ Cópia do comprovante de propriedade ou posse do bem - para parcelamento de IPTU;
- ♦ Cópia de Contrato Social da Empresa e de todas as alterações posteriores ou Certidão Simplificada e atualizada da Junta Comercial do Maranhão;
- ♦ Cópia dos documentos de identificação dos sócios e, se houver, do sócio-gerente;
- ♦ Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, comprovante de enquadramento como Microempresa ou EPP.

Pessoas Físicas:

- ♦ Cópia do comprovante de propriedade ou posse do bem - para parcelamento de IPTU;
- ♦ Cópia dos documentos pessoais, Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF.

E HAVENDO PROCURADOR?

Deverá apresentar o original de instrumento público ou particular de procuração com o reconhecimento de firma do outorgante.

QUAIS OS LOCAIS PARA ADERIR AO PARCELAMENTO?

- ♦ Na **SEMFAZ** - para parcelar débitos que não estão inscritos em Dívida Ativa (sem status de "E"); e
- ♦ Na **PROCURADORIA FISCAL** - para parcelar débitos que estão inscritos em Dívida Ativa (com status de "E").

que pode ser parcelado?

Débitos constituídos até 11.06.2013, atualizados monetariamente e incorporado os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data da adesão.

Quantas parcelas são? - Os débitos podem ser pagos em **até 48 parcelas mensais e sucessivas**.

Termo de Parcelamento – Obrigatoriedade:

1 – Exigência do CPF e CNPJ;

2 - IPTU – Nos casos de **Cadastro com informações: IGNORADO, PROPRIETÁRIO, NÃO INFORMADO** antes do Parcelamento proceder a Averbação no Cadastro Imobiliário do nome do proprietário.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

CARTILHA REFAZ

CRITÉRIOS E FORMAS DE PAGAMENTO

PAGAMENTOS ATÉ 31 DE JULHO DE 2013?

- a - Pagamento à vista - redução de 100% (cem por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas de mora;
- b - Pagamento em até 06 parcelas, mensais e sucessivas - redução de 80% (oitenta por cento) de juros e multas de mora.
- c - Pagamento entre 7 (sete) a 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 70% (setenta por cento) de juros e multas de mora.
- d - Pagamento entre 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas - redução 60% (sessenta por cento) de juros e multas de mora.
- e - Pagamento entre 25 (vinte e cinco) a 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 50% (cinquenta por cento) de juros e multas de mora.

PAGAMENTOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2013?

- a - Pagamento à vista - redução de 50% (cinquenta por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas de mora;
- b - Pagamento em até 06 parcelas, mensais e sucessivas - redução de 40% (quarenta por cento) de juros e multas de mora;
- c - Pagamento entre 7 (sete) a 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 30% (trinta por cento) de juros e multas de mora;
- d - Pagamento entre 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 20% (vinte por cento) de juros e multas de mora; e
- e - Pagamento entre 25 (vinte e cinco) a 48 (quarenta e oito) parcelas, mensais e sucessivas - redução de 10% (dez por cento) de juros e multas de mora.

NA HIPÓTESE DE DÉBITOS COM EXECUÇÃO FISCAL?

- ♦ Honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), podendo ser parcelado da seguinte forma:
 - A) Pessoa física - em até 06 (seis) vezes;
 - B) Pessoa Jurídica - em até 03 (três) vezes;
- ♦ Custas processuais.

QUAL O VALOR MÍNIMO DE CADA PARCELA?

COMO ATUALIZAR O SALDO DEVEDOR?

Em 1º de janeiro de cada exercício:

- ♦ Pelo IPCA - Índice de Preços do Consumidor Amplo.

HIPÓTESE DE EXCLUSÃO DO REFAZ?

- A) Inobservância a qualquer exigência da Lei nº **5.751, de 11.06.2013**;
- B) Falência ou extinção da Pessoa Jurídica;
- C) Cisão, exceto se a pessoa jurídica dela oriunda ou a que absorver parte do patrimônio permanecer estabelecida no Município e assumir solidariamente com a cindida as obrigações do REFAZ;
- D) Supressão ou redução de tributo mediante conduta definida em Lei como crime contra a ordem tributária;
- E) Atraso no pagamento de qualquer parcela por período superior a 90 (noventa) dias; e
- F) Falta de recolhimento por 90 (noventa) dias dos tributos municipais vencidos após a data de adesão ao REFAZ, não consolidados no parcelamento.

O QUE FAZER PARA REATIVAR O PARCELAMENTO?

O Contribuinte deverá - promover a regularização da situação que deu causa a exclusão do REFAZ; e efetuar o pagamento mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o montante da dívida consolidada.



exclusão acarretará – A imediata exigibilidade dos débitos não quitados; reestabelecimento dos valores que haviam sido objeto da redução, excluindo-se do saldo remanescente os valores quitados até a data; Inscrição na Dívida Ativa; posterior Execução Fiscal; .

A SEMFAZ priorizando a
Qualidade para você!

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Gestão Participativa

- Integra o conjunto de políticas públicas adotada pela Semfaz a gestão participativa dos servidores, visando incentivar a formulação de alternativas que conduzam a garantir a justiça fiscal e a equidade tributária. Assim sendo, são exemplos:
 - **Comissões** formadas sob forma de estrutura matricial dinâmica:
 - Comissão para acompanhamento, controle e fiscalização de **contratos**;
 - Comissão permanente de **licitação** (Portaria nº 002/2013, 07.01.2013);
 - Comissão **inventário de bens** (Port. Nº 006/2013 – 09.01.2013);
 - Comissão de **tombamento bens patrimoniais** (Port. Nº 278/2013 – 10.05.2013);
 - Comissão de classificação, avaliação, registro e contabilização de **bens patrimoniais em desuso** (Port. Nº 279/2013 – 10.05.2013);
 - Comissão para **avaliação da produtividade dos Auditores Fiscais de Tributos** (Port. Nº 488 – 01.07.2013);
 - Comitê de Qualidade (Port. Nº 185 – 22,04,2013);
 - **Delegação de competências e descentralização decisória**: SAAF - **Nota de Empenho** (Portaria nº 029 – 08.02.2013) e **Termo de Referência para Licitação** (Portaria nº 204 – 26.04.2013); SAGT - **Despachos e julgamento em processos tributários** (Portaria nº 048 – 11.03.2013) e **Portarias de frequência de Auditores e Gratificação Fiscal** (Portaria nº 163 – 12.04.2013);
 - Elaboração do **Plano de Investimento 2013**: Elaboração do **Projeto de Ampliação da Arrecadação**, com designação de comissão para cada uma das 11 ações; Tema Estratégico: **Melhoria da qualidade dos serviços de TI; Projeto de Ampliação Qualidade dos Serviços Prestados** pela SEMFAZ, com designação de comissão para cada uma das 4 ações; e Tema Estratégico: **Equacionamento da Dívida**;
 - **Designação de Grupo de Trabalho Técnico** para estudo sobre o fortalecimento e aprimoramento da parceria com os **Contribuintes Substitutos** (Port. Nº 281 – 13.06.2013); **Designação** de servidores para retomada do Programa Educação Fiscal (Port. Nº 08 de 11.01.2013);
 - **Outras participações** na gestão da SEMFAZ: **Análise e parecer processos da SAGT, Organização de Fórum REFAZ, Análise de RPNP para baixa, Núcleo Setorial de Planejamento e Orçamento, Núcleo Setorial de Capacitação de RH.**

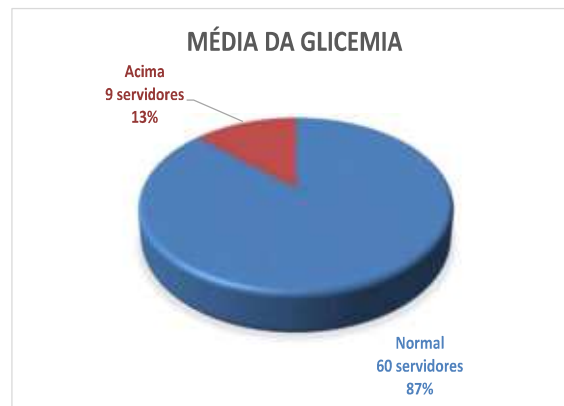
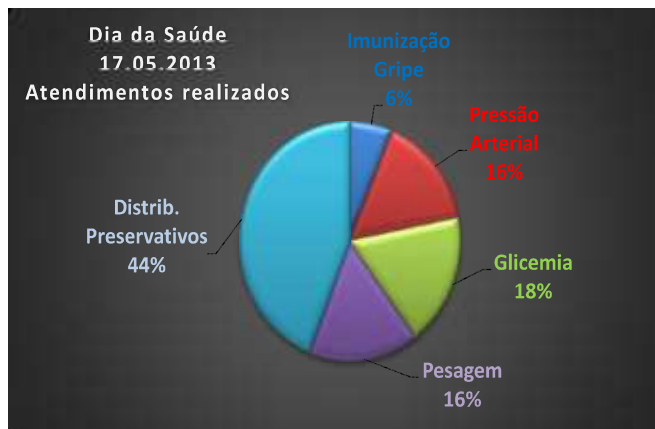
Gestão voltada à Valorização do Servidor

- Realização de **treinamentos**: ADMFIS (24 servidores), NFS-e (9 servidores), NFS-e-Avulsa (25 servidores e contribuintes), REFAZ (17 servidores);



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

- Realização do **1º Dia da Saúde SEMFAZ** (17/05/2013) compreendendo imunização contra gripe; aferição de pressão arterial, glicemia, pesagem, distribuição de preservativos. Foram atendidos 213 servidores. Os gráficos abaixo resumem os resultados do evento.



- Realização da **palestra “O que é Estresse e como lidar com ele”**, em parceria com a Escola de Governo e Gestão Municipal (parte do projeto “Saberes e Práticas da Vida Saudável”), realizada no auditório da Semfaz, nos dias 24 e 25 de julho.
- Elaboração de **Lotacionograma** com o objetivo de fornecer uma visão exata da lotação dos recursos humanos, sendo um instrumento de gestão valioso para o redimensionamento de equipes.

4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA ESTADUAL

Informações mais específicas de algumas das recentes ações da Fazenda Municipal que se mostraram essenciais ao crescimento da receita própria tributária e ao saneamento das contas públicas. De um lado, na área de Gestão Tributária, a SEMFAZ tem envidado esforços para o incremento da arrecadação dos impostos e taxas municipais, que possibilitam aumentar a capacidade de pagamentos e investimentos públicos. Por outro, na área de Gestão Administrativo-Financeira, a SEMFAZ tem implementado uma série de medidas buscando a regularização de suas obrigações, em meio a uma situação de fragilidade econômico-financeira, tudo em prol do objetivo precípua de restabelecer o necessário equilíbrio fiscal.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

4. INFORMAÇÕES GERENCIAIS DA FAZENDA MUNICIPAL

4.1 Gestão Tributária

Arrecadação de recursos próprios

Os recursos próprios totalizaram em 2013 R\$ 508,9 milhões, evidenciando um incremento de 4,2% em relação à arrecadação do ano anterior (R\$ 488,2 milhões).

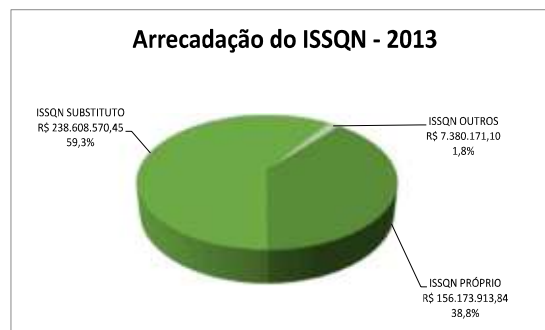
Entre os recursos próprios, o ISSQN ocupa a maior representação, respondendo por 79% das receitas. Comparativamente a 2012, houve uma redução dessa representatividade em 4,4 p.p, numa sinalização de menor ocorrência de serviços no município, especialmente as contratações de grandes empresas relacionadas às atividades de mineração e energia.



ISSQN

Relativamente ao ISSQN, o ISS Próprio - aquele recolhido por contribuintes via declaração de suas receitas como prestadores de serviços - registrou em 2013 (R\$ 156,1 milhões) um crescimento de 5,8 p.p. comparativamente à arrecadação de 2012 (R\$ 134,3 milhões).

Já o ISS com recolhimento por substituição tributária apresentou um decréscimo de 5,5 p.p. nos últimos dois exercícios. Contudo, ainda representa a maior fatia da arrecadação do ISS total, correspondendo, em 2013, a 59,3%, seguido do ISS Próprio, com 38,8%.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

IPTU

Numa comparação entre 2013 e 2012, o IPTU registrou um incremento real de 16,8%, ou R\$ 5,2 milhões, vez que sua arrecadação passou de R\$ 31 milhões para R\$ 36,2 milhões.

O pagamento em conta única representou 28,4% do total do lançamento do IPTU em 2013, revelando um acréscimo de 3,7 p.p. com relação a 2012.

Resultados da Arrecadação do IPTU 2012 X 2013

Ref.: jan-dez/2013

	2012	2013
(A) Valor lançado	69.581.052,49	78.095.912,79
(B) Desconto	3.038.844,95	3.916.024,69
(C) Pago Cota Única	17.218.457,24	22.190.205,45
(D) Pago parcelado	13.826.997,15	14.072.753,92
(E) Total pago = (C + D)	31.045.454,39	36.262.959,37
(F) Não pago = A - (B+C+D)	35.496.753,15	37.916.928,73
% Inadimplência = (F / A) * 100	53,34%	51,11%

Também foi destaque em 2013 a queda de 2,23 p.p. do índice da inadimplência do IPTU, vez que em 2012 correspondeu a 53,3%, contra 51,1%.



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFSe-A)

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFSe-A) é o documento fiscal de existência apenas digital que substituiu as tradicionais notas fiscais de serviços impressas que costumeiramente os **prestadores de serviços não estabelecidos no município** ou **profissionais autônomos** emitem quando da prestação de serviços esporádicos e outras situações a critério do Fisco.

A SEMFAZ passou a disponibilizar a **emissão eletrônica da NFSe-A pelos próprios contribuintes**, via site da Prefeitura em junho/2013. Este novo serviço visa a atender a uma **reivindicação antiga dos contribuintes**.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

A liberação da Nota Fiscal de Serviços Avulsos é precedida do credenciamento do contribuinte e do pagamento do imposto devido.

Visando dotar o serviço de maior credibilidade, a SEMFAZ ainda disponibilizou, em seu site na Internet, a **validação de Nota Fiscal de Serviço - Avulsa**. Assim, qualquer tomador de serviços que recepcionar uma dessas notas, poderá **consultar a legitimidade** do documento fiscal.

Em 2013 foram **emitidas 23.727 NFS-A**, revelando uma média mensal de 1977 notas, gerando uma arrecadação de R\$ 2,8 milhões. O quadro e gráficos seguintes evidenciam os resultados apurados mensalmente no exercício.

Movimento Econômico Nota Fiscal Avulsa

Ref.: jan a dez/2013

Mês	Qtd. NFA	ISS Pago
jan/13	1.821	239.230,59
fev/13	1.710	207.168,67
mar/13	1.751	189.478,20
abr/13	1.934	196.029,31
mai/13	2.189	233.786,19
jun/13	1.647	236.638,19
jul/13	1.853	219.524,68
ago/13	2.030	253.771,33
set/13	1.875	228.321,66
out/13	2.306	258.762,30
nov/13	2.103	279.815,67
dez/13	2.508	325.815,21
Total	23.727	2.868.342,00

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Análise de benefícios fiscais da Nota Fiscal Eletrônica

No ano de 2013, em decorrência da implantação da Nota Fiscal Eletrônica, os benefícios fiscais registrados somaram a quantidade de 304 concessões permitidas aos contribuintes no gozo de seus direitos.

Análise de benefícios fiscais da Nota Fiscal Eletrônica

Ref.: jan-dez/2013

Situação	Total	Ativos	Finalizados
Exigibilidade suspensa	83	83	-
Imunes	481	185	296
Isenta	311	303	8
Total	875	571	304

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Notificação Eletrônica de Lançamentos de Débitos

A automação eletrônica de novo módulo implantado no sistema informatizado de gestão de tributos da Semfaz possibilitou, a partir de maio/2013, a emissão eletrônica de notificação aos contribuintes em débito com o Fisco Municipal, enviadas pelo correio, com Aviso de Recebimento.

Em 2013, foram notificados 2.757 contribuintes, totalizando um lançamento de créditos ao município no valor de R\$ 44.715.954,72. Abaixo, segue quadro.

Resultados das Notificações Eletrônicas de Lançamentos de Débitos

Ref.: jan a dez/2013

Quant. de contribuintes notificados	2.757
Valor dos créditos lançados (R\$)	44.715.954,72
Média de lançamentos por contrib. notificados (R\$)	16.219,06

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Programa de Recuperação de Créditos Tributários - REFAZ

O REFAZ foi instituído pela Lei nº 5.751, de 11.06.2013, após gestão compartilhada da Administração Municipal com os órgãos de representatividade da sociedade civil organizada, mediante a realização do **Fórum do REFAZ**, em 14.03.2013, com o **objetivo** de incrementar a arrecadação das receitas próprias.

REDUÇÃO (Juros e Multas) Até 31.jul.2013		REDUÇÃO (Juros e Multas) A partir de 01.ago.2013	
Parcela	%	Parcela	%
Única	100	Única	50
6	80	6	40
7 a 12	70	7 a 12	30
13 a 24	60	13 a 24	20
25 a 48	50	25 a 38	10

Fonte: Lei Municipal nº 5.751/2013

Por este programa, a Prefeitura tornou possível, aos contribuintes em débito com tributos municipais, até 11.06.2013, o pagamento à vista ou parcelado, com redução de juros e multas, em escala da quantidade de parcelas, respeitado o valor mínimo estabelecido para cada uma. Desta forma, tanto o setor empresarial, quanto a classe trabalhadora, contaram com alternativas acessíveis para quitação de seus débitos, sem comprometer seus investimentos/salários.

As **adesões** totalizaram de **10.875 contribuintes**, sendo 80% destes inadimplentes de tributos imobiliários. A média mensal de adesões foi de 1.545.

O **levantamento** total de créditos foi da ordem de **R\$ 61,9 milhões**, tendo sido **negociados R\$ 46,8 milhões**, considerando **R\$ 15,1 milhões de descontos** (24%).



Como resultado, foram **recuperados** nos meses de junho a dezembro **R\$ 22 milhões**, sendo R\$ 15 milhões em créditos imobiliários e R\$ 7 milhões em créditos mobiliários. Os quadros a seguir.

Dos R\$ 22 milhões arrecadados, **70%** foram recebidos **à vista (R\$ 15,4 milhões)** e **30%** foram oriundos de **parcelamento (R\$ 6,6 milhões)**.

REFAZ - 2013 - Valores Arrecadados

	Jan a dez/2013		
	Trib. Mobiliários	Trib. Imobiliários	Total
À Vista	3.419.212,38	11.985.247,67	15.404.460,05
Parcelado	3.593.781,11	3.028.656,45	6.622.437,56
Total	7.012.993,49	15.013.904,12	22.026.897,61

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Notificação aos cartórios – jan-dez/2013

Como resultado das notificações apresentadas pelo Fisco Municipal aos cartórios de São Luís para recolhimento do ISSQN pertinente à atividade econômica de enquadramento foi levantado um total de R\$ 14,4 milhões, conforme abaixo demonstrado.

Resultados das notificações aos cartórios de São Luís

Ref.: 2013

Ano	Total autuado
2008	1.991.891,87
2009	2.126.926,29
2010	2.662.884,00
2011	2.770.623,40
2012	3.574.497,97
2013	1.267.121,89
Total	14.393.945,42

Fonte: SIAT

Fiscalização de Empresas – jan-dez/2013

Foram lavrados **897 autos de infração** no exercício de 2013, estando em processo de defesa apenas 35 autos. O **levantamento total de créditos** para o município foi da ordem de **R\$ 102,6 milhões**. Deste total, foram **arrecadados à vista** cerca de **R\$ 1 milhão**, conforme abaixo demonstrado.

Resultados da Ação Fiscal

Ref.: jan a dez/2013
Em mil Reais correntes

Mês	Qtd. Autos de Infração	Valor Levantado	Valor Pago	Valor Parcelado	Qtd. de Defesa
jan/13	51	1.674,83	126,48	-	1
fev/13	90	57.981,34	162,35	128,92	5
mar/13	75	1.946,01	104,12	6,11	4
abr/13	112	942,33	10,71	-	3
mai/13	164	2.121,32	151,14	51,53	3
jun/13	191	6.930,58	441,29	1,69	4
jul/13	55	595,05	36,93	-	0
ago/13	86	3.157,89	10,16	17,92	2
set/13	28	40,71	4,80	-	1
out/13	20	2.804,32	0,71	-	2
nov/13	17	15.723,44	6,28	-	8
dez/13	8	8.657,29	-	-	2
Total	897	102.575,11	1.054,97	206,18	35

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Setor de Inteligência Fiscal

A Inteligência Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda foi instituída com o objetivo de apoiar a formulação de programas de fiscalização, acompanhamento e análise das receitas tributárias e possibilitar simulações dos efeitos sobre a arrecadação, produzidos por mudanças na legislação tributária do município de São Luís. Como resultados da área, foram inscritos em dívida ativa o total de R\$ 109,4 milhões e ajuizados R\$ 65,7 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Resultados das Ações de Inteligência Fiscal

Ref.: jan-dez/2013

Crédito	Imobiliário	Mobiliário	Total
Inscritos em dívida ativa	63.366.133,06	46.087.398,81	109.453.531,87
Ajuizados	43.880.642,07	21.820.307,00	65.700.949,07
Total	107.246.775,13	67.907.705,81	175.154.480,94

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

Controle e Conciliação

Foram implantadas 7.440 registros para efetivar o resultado de demandas de contribuintes em 2013. Deste total, 3.271 foram relativos a processos de prescrição de débitos e 2.403 a processos de isenção, correspondendo a 44% e 32%, respectivamente. O quadro abaixo discrimina os procedimentos havidos ao longo dos meses do exercício.



Desempenho dos atendimentos às demandas de controle e concilia

Ref.: jan-dez/2013

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Remissão	-	1	3	8	2	-	1	2	1	3	4	-	25
Restituição IPTU/ISS/Alvará	2	1	3	5	1	-	2	2	3	6	4	2	31
Imunidade	-	1	-	20	46	31	40	34	-	14	12	8	206
Baixa	54	51	139	117	199	131	73	86	164	203	159	128	1.504
Isenção	10	79	288	166	344	452	467	256	209	82	40	10	2.403
Prescrição	179	511	584	132	97	209	151	235	232	839	73	29	3.271
Total	245	644	1.017	448	689	823	734	615	609	1.147	292	177	7.440

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Cadastro Econômico

O cadastro econômico do Município conta com 81.426 inscrições, sendo 57.500 ativas e 24.043 inativas.

Cadastro Econômico - Inscrições Abertas

Ref.: jan-dez/2013

Atividade Econômica	Anos anteriores	2011	2012	2013	Total	Ativa	Não ativa
Serviço	19.650	1.356	1.242	1.196	23.444	16.170	7.298
Comércio	14.015	1.207	1.062	893	17.177	10.984	6.204
Autônomo	11.267	286	362	337	12.252	4.599	7.672
Comércio e Serviço	7.465	684	632	655	9.436	7.823	1.632
SN Outros	8.413	278	255	257	9.203	8.706	499
SN Serviços	2.578	296	289	225	3.388	3.238	150
Microempreendedor Outros	1.003	694	637	744	3.078	3.041	60
Microempreendedor Serviços	449	368	425	511	1.753	1.733	33
Indústria, Comércio e/ou Serviços	1.355	106	82	97	1.640	1.197	449
Sem ramo definido	50	1	1	3	55	9	46
Total	66.245	5.276	4.987	4.918	81.426	57.500	24.043

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

A atividade econômica Serviço representa 28% do total de inscrições ativas existentes no cadastro mobiliário, seguida do Comércio, com 19%, dos SN Outros, com 15%, do Comércio e Serviços, com 14%, e dos Autônomos, com 8%. As demais atividades somam 16%, sendo a metade composta por Microempreendedores.



Foros e Laudêmos

Em 2013, foram emitidas 9 certidões negativas de foros, efetuados 37 resgates de aforamento e 268 transferências de aforamento.

Consulta, Revisão e Julgamento

Quantidade de Processos de Consulta, Revisão e Julgamento

Ref.: jan a dez/2013

Consulta	5
Julgamento	291
Pareceres	288
Média de lançamentos por contrib. notificados (R\$)	584

A área analisou 5 consultas, 291 julgamentos e 288 pareceres, totalizando 584 processos. Deste total, 50% corresponderam a julgamentos.

Fonte: SIAT - Sistema Integrado de Arrecação de Tributos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

4.2 Gestão Administrativa-Financeira

Obrigações Judiciais

Os débitos com precatórios da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho relativos a exercícios anteriores a 2013, foram parcelados neste exercício, cabendo o pagamento de R\$ 800 mil por mês, de abril a dezembro de 2013. A partir de 2014, o pagamento deverá corresponder a 1/12 de 1% da Receita Corrente Líquida prevista. O quadro abaixo evidencia a os pagamentos mensais das obrigações judiciais de janeiro a dezembro de 2013.

Ref.: jan a dez/2013

Mês Pcto.	Precatórios	RPV	Bloqueios	Sequestros	TOTAL
jan/13			2.000.000,00		2.000.000,00
fev/13		52.754,69	2.000.000,00	10.000,00	2.062.754,69
mar/13			2.000.000,00	17.238,38	2.017.238,38
abr/13		38.301,35	2.000.000,00	11.807,78	2.050.109,13
mai/13	1.600.000,00	42.714,44	2.000.000,00	26.657,92	3.669.372,36
jun/13	800.000,00	4.363,49	2.000.000,00	63.058,03	2.867.421,52
jul/13	800.000,00	241.708,85	2.000.000,00	6.440,90	3.048.149,75
ago/13	800.000,00	6.723,67	2.000.000,00		2.806.723,67
set/13	800.000,00	11.737,10	2.000.000,00		2.811.737,10
out/13	800.000,00	32.602,82	2.000.000,00		2.832.602,82
nov/13	800.000,00		2.000.000,00		2.800.000,00
dez/13	800.000,00	22.709,80	2.000.000,00		2.822.709,80
Total	7.200.000,00	453.616,21	24.000.000,00	135.203,01	31.788.819,22

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

Dívida Fundada

Abaixo, quadro com os contratos de financiamentos que atualmente compõem a Dívida Fundada do Município, seguidos dos pagamentos realizados em 2013.

Dívida Consolidada		Mês Pcto.	Lagoa da Jansen	Pró-Sanear	BNDES	TOTAL
CONTRATO 94/003-6 BNB		jan/13	527.012,60	94.425,84	88.190,38	709.628,82
CONTRATO 94/033-6 - UNIÃO		fev/13	528.762,85	94.419,80		623.182,65
DRENAGEM URBANA - CONTRATO 0036026-55		mar/13	530.254,38	94.418,07		624.672,45
12 - PROMORADIA - CONTRATO 0059717-97		abr/13	531.325,77	93.387,80	81.389,06	706.102,63
PROMORADIA - CONTRATO 0059712-80		mai/13	532.080,39	93.381,69		625.462,08
PRO-MORADIA - CONTRATO 0036168-57		jun/13	532.037,85	93.375,58		625.413,43
PROMORADIA - CONTRATO 0059714-29		jul/13	535.985,09	93.387,51	82.299,41	711.672,01
PRÓ-SANEAR - CONTRATO 0036027-70		ago/13	537.335,32	93.381,32		630.716,64
SIT - CONTRATO 99.2.518.3.1		set/13	538.097,78	93.546,66		631.644,44
PROMOB - CONTRATO 21/13666-1		out/13	546.124,85	93.456,09	102.153,08	741.734,02
PROVIAS - CONTRATO 21/13667-X		nov/13	550.776,56	93.467,77	146.085,56	790.329,89
PNAFM / CEF		dez/13	552.328,54	93.504,35	135.106,55	780.939,44
PAC-SANEAMENTO-COHATRAC BNDES nº 08.2.1133		Total	6.442.121,98	1.124.152,48	635.224,04	8.201.498,50
PRÓ-TRANSPORTE - 2654.351779-24/2012						

Externa

PBB - PROGRAMA BACIA DO BACANGA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Recolhimento do PASEP

Mensalmente é recolhido para a Receita Federal 1% das receitas arrecadadas pela Administração Municipal, a título de Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). De janeiro a dezembro de 2013 foram recolhidos o valor de R\$ 17 milhões, evidenciados abaixo:

Ref.: jan a dez/2013

Mês Pgto.	TOTAL
out/12	909.136,13
nov/12	1.156.298,81
dez/12	1.715.097,81
jan/13	1.342.165,78
fev/13	1.213.636,49
mar/13	519.680,08
abr/13	1.241.710,41
mai/13	1.106.482,37
jun/13	1.074.875,31
jul/13	1.067.387,06
ago/13	1.081.546,26
set/13	1.117.041,42
out/13	1.003.599,99
nov/13	997.545,85
dez/13	1.477.855,19
Total	17.024.058,96

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento

Pagamento dos Termos de Ajustamento de Conduta

A Prefeitura celebrou com o Ministério Público termos de ajustamento de conduta, relativos aos serviços de transporte público urbano. A seguir apresenta-se os pagamentos efetuados das parcelas definidas oficialmente, as quais totalizaram R\$ 17,5 milhões.

Mês Pgto.	Parcela	TACII /2011 Sindicato Transportes	Parcela	TAC I /2012 Sindicato Transportes	Parcela	TAC II /2013 Repasse SMTT	TOTAL
jan/13							-
fev/13			2ª	1.105.950,00			1.105.950,00
mar/13			3ª	1.105.950,00			1.105.950,00
abr/13			4ª	1.105.950,00			1.105.950,00
mai/13			5ª	1.105.950,00			1.105.950,00
jun/13			6ª	1.105.950,00	1ª	2.000.000,00	3.105.950,00
jul/13					2ª e 3ª	4.000.000,00	4.000.000,00
ago/13							-
set/13	1ª e 2ª	4.000.000,00					-
out/13	3ª	2.000.000,00					-
nov/13					4ª e 5ª	4.000.000,00	4.000.000,00
dez/13					6ª	2.000.000,00	2.000.000,00
Total		6.000.000,00		5.529.750,00		12.000.000,00	17.529.750,00

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Parcelamento da CEMAR

O Município firmou com a CEMAR um acordo de parcelamento dos débitos vencidos até 2012, no total de R\$ 5.859.816,48 (atualizados até jul/2013), em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$ 162.772,68. A primeira parcela foi paga em 13.08.2013. No exercício, os pagamentos totalizaram R\$ 813 mil.

Ref.: ago/2013

Mês Pgto.	Parcela	Valor
ago/13	1ª/36	162.772,68
set/13	2ª/36	162.772,68
out/13	3ª/36	162.772,68
nov/13	4ª/36	162.772,68
dez/13	5ª/36	162.772,68
TOTAL		813.863,40

Pagamento do Funcionalismo

A Prefeitura de São Luís, nesta atual gestão, não mediu esforços para honrar o pagamento da folha de pessoal referente a dezembro/2012, ainda que em três parcelas; o que possibilitou o pagamento em dia nos meses que se seguiram, além da antecipação da primeira parcela do 13º Salário, em maio/2013, logo seguido pelo reajuste salarial legal. Os pagamentos relativos às folhas de pessoal encontram-se detalhados no quadro a seguir.

Ref.: jan-dez/2013

Dt. Pgto.	Mês Pgto.	Valor
09.01.2013	dez/12 1ª parcela	25.471.001,78
06.02.2013	dez/12 2ª parcela	9.639.590,64
07.03.2013	dez/12 3ª parcela	3.023.434,68
Total dez/2012		38.134.027,10
31.01.2013	jan/13	63.316.298,37
28.02.2013	fev/13	63.925.263,54
27.03.2013	mar/13	63.973.454,55
30.04.2013	abr/13	61.481.644,13
20.05.2013	13º - 1ª parcela	26.696.189,16
31.05.2013	mai/13	62.028.015,28
13.06.2013	Reajuste	10.682.002,16
28.06.2013	jun/13	69.833.921,73
31.07.2013	jul/13	68.229.702,76
30.08.2013	ago/13	69.163.113,49
31.09.2013	set/13	67.538.324,55
31.10.2013	out/13	67.333.124,64
29.11.2013	nov/13	67.598.282,64
16.12.2013	13º - 2ª parcela	25.207.666,63
25.12.2013	dez/13	69.931.629,57
Total dez/2013		856.938.633,20

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Pagamento de Fornecedores

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram desembolsados cerca de R\$ 1.036 milhões para pagamento de fornecedores e prestadores e serviços da Prefeitura, tanto referentes a restos a pagar de exercícios anteriores quanto do exercício atual.

Ref.: 2013

	Valor Liquidado	Valor Pago	TOTAL
Restos a Pagar	565.485.493,47	125.965.454,24	439.520.039,23
Exer. 2013	966.742.005,31	910.735.154,13	56.006.851,18
Total	1.532.227.498,78	1.036.700.608,37	495.526.890,41

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento